



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB  
Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais -  
FAJS

KATHERINE COIMBRA LIMONGE

## **O ESTADO DE ISRAEL SOB A PERSPECTIVA DA ANTIGA POLÍTICA SUL-AFRICANA**

Brasília

2012

KATHERINE COIMBRA LIMONGE

**O ESTADO DE ISRAEL SOB A PERSPECTIVA DA ANTIGA POLÍTICA  
SUL-AFRICANA**

Monografia apresentada como requisito  
parcial para a Conclusão do Curso no  
Centro Universitário de Brasília para a  
obtenção do Grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Marco Antônio de  
Meneses Silva

Brasília

2012

## **AGRADECIMENTOS**

Obrigada meu Deus por colocar na minha vida pessoas tão especiais, as quais guiadas por Ti, me auxiliaram na realização desse trabalho; como meus pais, Braz e Cássia, que são a minha base, meus exemplos e que tanto se dedicaram para a realização desse sonho; a minha irmã Samantha, minha companheira, confidente e amiga; as minhas avós, Rita e Dulce que mesmo longe sempre intercederam por mim junto a Ti; aos meus amigos de jornada acadêmica, Vanessa, Allan Victor e Jorge Luis, por todos os momentos que me ajudaram a crescer como pessoa; e ao meu orientador, Professor Marco de Meneses, por sua dedicação, paciência e conselhos.

*Toda ambição é legítima, salvo as que se  
erguem sobre as misérias e as crendices  
da humanidade – Joseph Conrad*

## RESUMO

O presente trabalho acadêmico tem como objetivo, em primeiro momento, fazer uma análise, individualizada, do processo de colonização da África do Sul e Israel, estudando as razões e ideologias que levaram a criação de seus Estados, a fim de traçar um paralelo político e legislativo entre eles, principalmente no que tange o trato em relação às diversidades culturais e raciais de cada um desses Estados. Para isso, fez-se necessário observar o processo de formação dos principais povos que compunham esses Estados - brancos e negros; sionistas e árabes-, e como suas diferenças levaram a tomada de medidas segregacionistas em prol de uma minoria. Por fim, faz-se uma análise do termo *apartheid* sob a ótica de leis internacionais, e seu emprego para definir as ações políticas adotadas por Israel contra os palestinos, além de se questionar a finalidade do Acordo de Oslo, como meio efetivo de se buscar a paz entre israelenses e palestinos, ou um meio de legitimar o *apartheid*.

Palavras – chaves: *Apartheid*. Israel. Palestina. Oslo.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
1 ÁFRICA DO SUL .....	10
1.1 Origem etimológica do <i>apartheid</i> .....	10
1.2 História anterior ao regime .....	11
1.2.1 Os brancos .....	11
1.2.2 Os negros .....	14
1.3 Criação do <i>apartheid</i> .....	17
1.4 Desenvolvimento do <i>apartheid</i> .....	21
1.5 Decadência do <i>apartheid</i> .....	24
1.6 “O final” do <i>apartheid</i> como regime político .....	27
2 ISRAEL/ PALESTINA .....	30
2.1 Origem etimológica do sionismo .....	30
2.2 História anterior ao Estado de Israel .....	31
2.2.1 Os árabes .....	31
2.2.2 Colapso império otomano .....	32
2.2.3 A emancipação judaica .....	33
2.2.4 O movimento sionista .....	34
2.2.5 Primeira Guerra Mundial .....	37
2.2.6 O Livro Branco .....	39
2.3 Criação do Estado de Israel .....	39
2.3.1 Fim do mandato britânico .....	39
2.3.2 Reação árabe .....	41
2.3.3 Intifada .....	43
2.4 Mitigação das Garantias .....	44
3 SEMELHANÇAS .....	47
3.1 Políticas semelhantes .....	47
3.1.1 Definição legal do termo <i>apartheid</i> .....	48
3.2 Negação ao direito de livre movimento .....	49
3.2.1 África do sul .....	49
3.2.2 Israel .....	51

3.3 Negação ao direito de deixar e retornar ao seu país.....	54
3.3.1 <i>África do Sul</i> .....	54
3.3.2 <i>Israel</i> .....	55
4 OSLO .....	58
4.1 Acordos de Oslo.....	58
4.1.1 Oslo II .....	58
4.1.2 <i>Consequências de Oslo II</i> .....	60
4.2 Bantustões e Oslo II .....	60
4.2.1 <i>Soberania vigiada</i> .....	61
4.3 Independência.....	63
4.3.1 <i>Separação</i> .....	64
CONCLUSÃO.....	66
REFERÊNCIAS.....	68

## INTRODUÇÃO

O tema da presente monografia surgiu após uma curta estadia na África do Sul, que despertou o interesse pela antiga política segregacionista aplicada pelo governo branco sul africano, a qual ainda hoje gera reflexos na sociedade africana, tendo ressurgido em outros Estados.

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de colonização na África do Sul e em Israel, de modo a tornar possível uma melhor compreensão dos fatores que influenciaram as medidas separatistas adotadas pelos seus governantes. Considera-se ainda temas como comunidade, nação, ideologias e recursos utilizados por esses Estados para manter suas populações sob intenso controle, além de se analisar os acordos internacionais adotados, principalmente Oslo, o qual sobrepõem os interesses individuais de um grupo, sob a possibilidade de se chegar à paz.

A relevância desse assunto pauta-se na necessidade de se encontrar uma explicação para a manutenção de um regime semelhante ao *apartheid* da África do Sul, em Israel, e de que maneira o Acordo de Oslo ajudou a agravar essa situação.

Este tema é muito relevante para o estudo do Direito, pois mostra a necessidade que se tem em desenvolver medidas mais efetivas de combate à política imposta por Israel contra os palestinos, em razão da fragilidade e total desproporcionalidade dos acordos até agora apresentados.

Este trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro busca introduzir os fatores históricos e sociais que levaram a criação, desenvolvimento e o fim do *apartheid* na África do sul.

No segundo, por conseguinte, mostra-se a criação do Estado de Israel, os meios usados pelo movimento sionista para alcançar esse objetivo, e a reação dos povos árabes a essa nova dominação.

No terceiro procura-se destacar as semelhanças políticas entre os dois Estados em questão, principalmente no que tange a liberdade de movimento,



seja em seu aspecto interno ou externo, além da possibilidade em se conceituar a política israelense como um regime de *apartheid* com base em leis internacionais.

No quarto e último capítulo, pretende-se demonstrar como o Acordo de Oslo, cuja finalidade era trazer medidas que viessem a harmonizar as relações entre palestinos e israelenses, pode ser equiparado às políticas impostas nos bantustões da África do Sul, e se com base no exemplo sul africano a independência palestina seria a melhor solução para todos.

Não se espera por meio dessa pesquisa chegar a uma solução para o problema que aflige os povos de Israel, busca-se, porém, elucidar quais são as origens do problema, traçando um paralelo com um regime semelhante, a fim de possivelmente se obter um resultado satisfatório na busca pela paz.

# 1 ÁFRICA DO SUL

## 1.1 Origem etimológica do *apartheid*

Derivado do Africâner, idioma falado pelos brancos na África do Sul, o termo *apartheid* ou separação, vem do holandês *apart* – separado e *heid* - condição de pertencimento. Seu uso tornou-se frequente na linguagem política sul-africana, designando “desenvolvimento separado de cada raça, na área geográfica que lhe é determinada”.<sup>1</sup>

Em 1917, um discurso dado no Hotel Savoy em Londres por Jan Christiaan Smuts, considerado o pioneiro no uso do termo *apartheid* e que mais tarde viria a se tornaria primeiro ministro da África do Sul, observa-se as bases do movimento político segregacionista que viria a se consolidar nesse país.

Eles são diferentes não apenas na cor, mas na mente e na capacidade política, e suas instituições políticas devem ser diferentes [...] Em vez de misturar negros e brancos na velha maneira casual, que ao invés de levantar que os negros degradaram os brancos, nós estamos agora tentando estabelecer uma política que os mantenha, o mais afastado possível das nossas instituições. Com os assentamentos, propriedade e forma de governo, estamos tentando mantê-los separados, e desta forma, estabelecer em linhas gerais uma política geral [...]<sup>2</sup>

Esse sistema, que formou a substância do Estado sul africano, visava impedir a emergência de uma sociedade de classes, estruturando no lugar uma sociedade de ordens ou de estamentos. Tendo por base ideológica a convicção de uma superioridade plena dos brancos e a necessidade de resguardar sua supremacia política e econômica.<sup>3</sup>

Em uma passagem do livro *Official Yearbook of the Republic of South Africa*, em sua edição de 1977, lemos o seguinte:

<sup>1</sup> CORNEVIN, Marianne. *Apartheid: Poder e Falsificação Histórica*. Lisboa : Edições 70, 1979.

<sup>2</sup> SMUTS, Jan Christiaan. *The White man's task*. Disponível em: <<http://www.sahistory.org.za/article/white-man039s-task>>. Acessado em: 10 de mar. 2011.

<sup>3</sup> CORNEVIN, Marianne, op. cit.

“A nação branca é, do ponto de vista cultural, econômico e político, o grupo mais avançado do país[...] Em contrapartida, as diversas nações negras podem definir-se, de modo geral, como povos em desenvolvimento”.<sup>4</sup>

As bases ideológicas do *apartheid*, disfarçadas sob os tópicos de: diversidade dos povos, e missão da raça branca em proporcionar assistência; apareceu, aos olhos de se seus fundadores, como um sistema ideal de domesticação e submissão da força de trabalho e um instrumento social do capital. Vindo a se intensificar, em 1948, quando se ergueu um edifício jurídico e constitucional com intuito de negar a igualdade dos cidadãos diante de leis que tinha por propósito a desnacionalização da população africana.<sup>5</sup>

## 1.2 História anterior ao regime

### 1.2.1 Os brancos

A África do Sul começa a ter sua história registrada, a partir da chegada dos colonizadores brancos em 1652, quando os holandeses resolvem estabelecer uma base portuária onde hoje se situa a Cidade do Cabo. Essa colonização pelos brancos foi reforçada por grupos de alemães e franceses que se refugiavam na península do Cabo, a fim de fugir da perseguição religiosa na Europa.<sup>6</sup>

A fusão desses grupos brancos fez surgir um único grupo cultural, que vieram a desenvolver uma linguagem própria, o africâner, passando-se a denominar africâneres, os descendentes desse grupo.<sup>7</sup>

Após anexarem toda a colônia, em 1814, como parte de um acordo pós-napoleônico que envolveu Grã-Bretanha, Holanda e Suécia, os ingleses decidiram levar em 1820, colonos para colonizar a área do Cabo Oriental. Lá

---

<sup>4</sup> PRETORIA: SOUTH AFRICAN STATE DEPARTMENT OF INFORMATION. *Official Yearbook of the Republic of South Africa*. 1977. Apud CORNEVIN, Marianne. *Apartheid: Poder e Falsificação Histórica*. Lisboa : Edições 70, 1979. p. 31.

<sup>5</sup> MAGNOLI, Demétrio. *África do sul: capitalismo e apartheid*. São Paulo : Repensando a Geografia, 1998.

<sup>6</sup> WOODS, Donald. *Biko: A história do líder negro sul-africano Steve Biko*. São Paulo : Best Seller, 1987.

<sup>7</sup> CORNEVIN, Marianne. *Apartheid: Poder e Falsificação Histórica*. Lisboa : Edições 70, 1979.

chegando, os ingleses implantaram políticas que desagradaram os colonizadores africanos.<sup>8</sup>

A principal política imposta, considerado pelos africanos com “demasiadamente liberal”, foi abolição da escravidão, resultando na migração de muitos africanos para as colônias do interior, ficando conhecido com A Grande Viagem.<sup>9</sup>

Em *South Africa 1977*, a Grande Migração é descrita nos seguintes termos:

Tal migração, a Grande Caravana de 1835-37, [...], foi um movimento deliberado de milhares de homens e mulheres que deixaram terras e lares em carros de bois, com grande sacrifício pessoal, para porem a maior distância possível entre eles o governo britânico do Cabo. Na verdade, a Grande Caravana foi um ponto-viragem na história da África do Sul e um dos mais relevantes acontecimentos do século XIX.<sup>10</sup>

No diário de Anna Steenkamp, uma das inúmeras mulheres que participaram da Grande Caravana, nos é exposto o porquê a integração entre os povos na África do Sul, pretendida pelos britânicos, representava um ataque as tradições:

[...] não foi a sua (dos não brancos) libertação que nos levou a tais extremos, mas o serem colocados em pé igual ao dos cristãos, contrariamente às leis de Deus e à diferença natural de raça e religião, sendo intolerável para qualquer cristão decente curvar-se perante um tal jugo, daí que nos tivéssemos afastados para preservar a pureza da nossa doutrina.<sup>11</sup>

Ainda nessa época, em 1837, Piet Retief escreve um manifesto afirmando que “é nossa determinação... preservar relações convenientes entre patrões e servos”, esse principio originou uma cláusula na Constituição de 1858, a qual declara que “as pessoas não estão preparadas para que se permita qualquer espécie de igualdade entre os não brancos e os cidadãos brancos, seja na igreja ou no Estado.”<sup>12</sup>

<sup>8</sup> WOODS, Donald. *Biko: A história do líder negro sul-africano Steve Biko*. São Paulo : Best Seller, 1987.

<sup>9</sup> Ibidem.

<sup>10</sup> PRETORIA: SOUTH AFRICAN STATE DEPARTMENT OF INFORMATION. *Official Yearbook of the Republic of South Africa*. 1977. Apud CORNEVIN, Marianne. *Apartheid: Poder e Falsificação Histórica*. Lisboa : Edições 70, 1979. p.58.

<sup>11</sup> Ibidem. p.59.

<sup>12</sup> Ibidem. p.59.

Além de originar o estabelecimento de duas repúblicas independentes, Transvaal ao norte e Orange Free State na região central do país, a Grande Viagem representou um exemplo flagrante do poder das ideologias.<sup>13</sup>

Após um período de guerra, os britânicos decidem devolver toda África do Sul ao que eles consideravam uma nação branca unida, a qual era governada por Louis Botha e Jan Smuts. Os grupos brancos compartilhavam o controle do país, ignorando as aspirações da maioria negra, por se considerarem antecedentes políticos e históricos desta vasta maioria.<sup>14</sup>

Assim, até 1910, algumas regiões menos conservadoras como a Província do Cabo e Natal, insistiram em manter direitos aos negros, porém em pouco tempo esses mínimos direitos seriam gradualmente reduzidos.

Em 1913, a Lei de Terras (*Natives Land Act*), divide o território sul africano, limitando o direito de terras dos negros a determinadas áreas, destinando-lhes pouco mais de 10% de todo o território nacional. A literatura oficial sul-africana baseava-se especialmente em argumentos históricos.<sup>15</sup>

Esses argumentos fundamentam-se primeiramente, no fato “de que os brancos só conseguirão manter a sua identidade nacional na medida em que controlarem o seu destino político na parte da África do Sul que a história lhes concedeu [...]”<sup>16</sup>, e também do ponto de vista histórico. Sendo este último explicitado na seguinte afirmação:

[...] os brancos sul-africanos são um povo africano. A sua reivindicação assenta nas realidades quer da história do passado quer na contemporânea. Tal reivindicação pode ser sintetizada através de um conjunto de realidades, considerando em primeiro lugar, uma ocupação e habitação constantes, efetivas e históricas; em segundo, um desenvolvimento contínuo e historicamente mantido e, em terceiro, um controle político efetivo e nunca interrompido através da história.<sup>17</sup>

Depois disso, os direitos dos negros sofreram sucessivos ataques que se intensificaram com o aparecimento do nacionalismo africâner, desenvolvido

<sup>13</sup> CORNEVIN, Marianne. *Apartheid: Poder e Falsificação Histórica*. Lisboa : Edições 70, 1979.

<sup>14</sup> WOODS, Donald. *Biko: A história do líder negro sul-africano Steve Biko*. São Paulo : Best Seller, 1987.

<sup>15</sup> MAGNOLI, Demétrio. *África do sul: capitalismo e apartheid*. São Paulo : Repensando a Geografia, 1998.

<sup>16</sup> CORNEVIN, Op. cit. p. 63.

<sup>17</sup> Ibidem. p. 62.

por James Hertzog, fundador do Partido Nacionalista Africâner. Esse partido surgiu para se opor às políticas moderadas de Botha e Smuts.<sup>18</sup>

A combinação entre o chauvinismo africâner e o fanatismo anti negro, foi bem aceita na sociedade, principalmente em termos eleitorais, quando o Partido Nacionalista Africâner em coalizão com o Partido Trabalhista racista branco, chega ao poder em 1924.<sup>19</sup>

Legislativamente teve-se início o programa de discriminação racial, porém ao contrário de seus sucessores, Hertzog, tinha algumas reservas quanto à eliminação de cláusulas constitucionais que eliminavam os direitos de voto dos *coloureds*.

Ao final da Segunda Guerra, estando Hertzog morto, Daniel Malan, seu herdeiro político, e líder do Partido Nacional Africâner, assume o poder na eleição de 1948, implementando impiedosas políticas raciais que geraria a repulsa da comunidade internacional e a revolta em massa dos negros do Estado do *apartheid*.<sup>20</sup>

### 1.2.2 Os negros

Em quanto isso, o que acontecia com os negros na África do Sul? Como foi tratada a questão do expansionismo colonial e posteriormente a restrição legal de seus direitos?

Durante o período expansionista na colonização do Cabo, os negros travaram mais de nove guerras contra os fazendeiros da fronteira. Porém embora fossem os negros em número superior, tornava-se impossível enfrentar as armas dos brancos apenas com suas lanças.<sup>21</sup>

Nos cem anos seguintes as derrotas dos grupos negros pelas armas britânicas em 1879, políticas negras instauradas, foram em busca de respostas

---

<sup>18</sup> WOODS, Donald. *Biko: A história do líder negro sul-africano Steve Biko*. São Paulo : Best Seller, 1987.

<sup>19</sup> MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo : Contexto, 2009.

<sup>20</sup> WOODS, Donald. Op.cit.

<sup>21</sup> MAGNOLI, Demétrio. Op. cit.

conciliadoras do poder branco, diversas organizações procuraram negociações para uma administração justa em uma sociedade compartilhada.<sup>22</sup>

Anos mais tarde, essa política conciliatória seria confirmada por Nelson Mandela, um dos líderes dos movimentos de igualdade dos negros, durante seu primeiro julgamento afirmando o seguinte:

[...] acreditava que todas as pessoas, independentemente de cor de sua pele, todas as pessoas cujo lar fosse à África do Sul e que acreditasse nos princípios da democracia e da igualdade entre os homens, deveriam ser tratados como africanos; que todos os sul-africanos deveriam ter direito a uma vida livre baseada na mais completa igualdade de direitos e oportunidades em todos os campos com plenos direitos democráticos e com voz ativa nos assuntos do governo.<sup>23</sup>

A primeira manifestação política negra aconteceu quando um grupo significativo de eleitores negros, qualificados para a eleição de 1869 no Cabo, ajudou um candidato branco, George Wood, a vencer a eleição para Assembleia Legislativa. Estima-se que em pelo menos um distrito eleitoral no Cabo, os eleitores negros ajudaram o candidato branco a ganhar do negro, isso indicava que o voto negro não era dado racialmente.<sup>24</sup>

Porém diante do movimento dos brancos para elevação das qualificações eleitorais, tendo em vista o aumento do eleitorado negro, a atitude não racial dos negros começou a mudar, voltando-se para associações negras e organizações que funcionavam como grupos de pressão.<sup>25</sup>

Esses grupos tentaram durante anos pressionarem os políticos brancos que se encontravam no poder, para autorizarem a participação negra nas decisões nacionais, mas o fracasso dessa iniciativa fez com que os líderes negros procurassem ajuda para essa causa, no exterior.<sup>26</sup>

<sup>22</sup> WOODS, Donald. *Biko: A história do líder negro sul-africano Steve Biko*. São Paulo : Best Seller, 1987.

<sup>23</sup> Ibidem. p. 40

<sup>24</sup> Ibidem.

<sup>25</sup> Ibidem.

<sup>26</sup> JORGE, Helena de Araújo. *Efetividade dos Direitos Humanos Perante Interesses Estatais*. Disponível em <<http://www.cedin.com.br/revistaelectronica/artigos/EFETIVIDADE%20DOS%20DIREITOS%20HUMANOS%20PERANTE%20INTERESSES%20ESTATAIS%20Helena%20Araujo.pdf>> Acesso em 1 maio 2011.

O Dr. T. Jabavu, um dos líderes dos primeiros movimentos negros de liberação e fundador da Convenção dos Nativos do Cabo, viajou para Londres, a fim de contestar a fórmula racial usada pela Grã-Bretanha para conceder a independência para a África do Sul, porém sua missão não surtiu o efeito esperado.

No entanto, ao voltar de sua missão fracassada, Jabavu, se depara com um clima de considerável raiva negra dentro do país, em razão dos termos da Lei da União. Surge assim, dois grupos de combate entre os negros, o chamado Congresso Nacional Nativo Sul-Africano, formado por alguns seguidores de Jabavu e pelo advogado negro Seme, e outro grupo, denominado Congresso das Raças Sul- Africanas, formado por Jabavu, o qual defendia a boa-fé dos liberais brancos que se encontravam no poder.<sup>27</sup>

Sentindo a força do apelo de Hertzog em relação à questão racial, Botha e Smuts decidem apresentar a Lei de Terras (*Land Bill*) de 1913. Tal projeto de lei contou com o apoio de Jabavu, por acreditar que o plano de segregação territorial beneficiaria os negros.<sup>28</sup>

Mokgethi Motlhabi descreve tal política como um sistema de falsas esperanças:

Para a segregação Africâner, como oposição ao *apartheid*, não foi longe o suficiente. Ele ainda ofereceu as pessoas negras alguma esperança, de acordo com elas, que por meio da educação e adequada assimilação da civilização ocidental, eles poderiam tornar-se iguais aos brancos e, finalmente, ter uma participação no governo do país. *Apartheid*, não só acabou com tais "falsas esperanças", mas foi mais longe ao "retribalizar" negros, enfatizando suas diferenças étnicas, separando-os residencialmente. Como resultado desta política, a maioria dos africanos seriam reassentados em seus supostos locais de origem, visitando os "branco sul africanos" apenas como trabalhadores "migrante".<sup>29</sup>

O benefício esperado nunca apareceu, e o primeiro efeito trágico dessa política foi o massacre de Bulhoek em 1921, quando um grupo de negros que ocupavam Bulhoek, recusaram a sair de suas terras e começaram a atacar a

<sup>27</sup> WOODS, Donald. *Biko: A história do líder negro sul-africano Steve Biko*. São Paulo : Best Seller, 1987.

<sup>28</sup> Ibidem.

<sup>29</sup> SOUTH AFRICA HISTORY ONLINE. *The Bulhoek massacre takes place in the Eastern Cape*. Disponível em: <<http://www.sahistory.org.za/dated-event/bulhoek-massacre-takes-place-eastern-cape>>. Acesso em: 1 maio 2011.



patrulha policial enviadas para removê-los. A polícia abriu fogo contra a população, matando mais de 180 pessoas e ferindo mais de 100.

Tal atitude, e as que viriam ao longo dos anos, justificam-se em uma afirmativa de Mandela:

[...] este governo abriu caminho para a violência ao usar exclusivamente a violência como resposta a nosso povo e seus pedidos. Nós temos nossas atitudes condicionadas por uma história que não fizemos. Nós temos sido condicionados pela história dos governos brancos [...] A violência do governo só pode provocar contraviolência.<sup>30</sup>

O Congresso Nacional Nativo começou, então, a tomar de medidas mais agressivas entre 1917 e 1924, usando resistência passiva e greves, contudo essa última exigia recursos financeiros para manutenção dos grevistas, e a grande pobreza provocava o fracasso das tentativas negras de greve.<sup>31</sup>

Enquanto isso, Heztzog, durante os quinze anos que permaneceu no poder, formou a base para estrutura legal do *apartheid*, o qual os nacionalistas africanos decretariam em 1948. O governo acabou com as perspectivas dos negros de progresso político para uma sociedade mais comum, limitando a representação dos negros a uma representação indireta no Parlamento.<sup>32</sup>

Nesse mesmo período surge o Congresso Nacional Africano, construído dos esforços do Congresso Nacional Nativo, tornando-se o grande articulador das causas negras durante os longos anos de administração nacionalista africana.<sup>33</sup>

### 1.3 Criação do *apartheid*

Como vimos anteriormente, o sistema legal do *apartheid* não emergiu completamente formado quando, o Partido Reunido Nacional assumiu o poder em 1948, esse sistema foi precedido por mais de dois séculos de opressão

<sup>30</sup> WOODS, Donald. *Biko: A história do líder negro sul-africano Steve Biko*. São Paulo : Best Seller, 1987. p. 40.

<sup>31</sup> Ibidem.

<sup>32</sup> MAGNOLI, Demétrio. *África do sul: capitalismo e apartheid*. São Paulo : Repensando a Geografia, 1998.

<sup>33</sup> Ibidem.

colonial, que dispensaram os negros sul africanos de suas terras, seus direitos, seu sistema político, autoridade e, sobretudo, de sua dignidade.

Dessarte, quando Daniel Malan, principal líder do PRN, assumiu o poder, além dos fundamentos legais para o *apartheid*, instituídos pelos governos anteriores, ele pode contar com o apoio da sociedade branca, a qual se sentia ameaçada com as aspirações políticas dos negros, tendo em vista o enfraquecimento das políticas segregacionistas durante a Segunda Guerra, levando assim, a demandarem o implemento de políticas de segregação racial mais rigorosas.<sup>34</sup>

Assim, a partir de 1948 deu-se início a implantação do *apartheid* como sistema político da África do Sul. Ironicamente, no mesmo ano foi aprovada na ONU a Carta Internacional dos Direitos Humanos, em que se buscava principalmente, proporcionar dignidade a todos os seres humanos e garantir o respeito a seus direitos, procurando evitar ações semelhantes às ocorridas, em especial na Alemanha, durante a Segunda Guerra.<sup>35</sup>

Em contra partida, na África do Sul, todo o esforço do sistema do *apartheid*, dirigia-se para identificar, ressaltar e aprofundar as distinções culturais, de tal modo que os sistemas legais que sustentavam o *apartheid* evoluíram, após 1948, atendendo as mudanças de condições, aumentando a resistência e começando a penetrar em cada aspecto da vida dos sul-africanos.<sup>36</sup>

Entre as diversas leis instituídas ao longo de mais de 40 anos de regime, destaca-se três principais atos de restrição. Primeiramente temos a Lei de proibição ao casamento misto (*The Prohibition of Mixed Marriages Act*) de 1949, por meio da qual o partido nacional visava implantar o *apartheid* social, proibindo o casamento de brancos com alguém de qualquer outro grupo racial. Os nacionalistas

<sup>34</sup> REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL. Human Sciences Research Council of South Africa. Project, Middle East: *occupation, colonialism, apartheid?: a re-assessment of israel's practices in the occupied palestinian territories under international law*. Cape Town, 2009.

<sup>35</sup> JORGE, Helena de Araújo. *Efetividade dos Direitos Humanos Perante Interesses Estatais*. Disponível em <<http://www.cedin.com.br/revistaeletronica/artigos/EFETIVIDADE%20DOS%20DIREITOS%20HUMANOS%20PERANTE%20INTERESSES%20ESTATAIS%20Helena%20Araujo.pdf>>. Acesso em 1º maio 2011.

<sup>36</sup> TRAGTENBERG, Marúcio. *Dialética do Sionismo*. Disponível em: <<http://israelzionism.wordpress.com/sobre/a-palestina-ja-era-um-territorio-habitado/>>. Acesso em: 23 dez 2011.

demonstraram no parlamento, durante um debate sobre o assunto, sua preocupação em relação ao aumento dos ditos *coloureds* - filhos da união de brancos com negros - entre os grupos brancos.<sup>37</sup>

Em 1950, foi estabelecida a Lei de divisão dos grupos em áreas (*The Group Areas Act*), com o objetivo de realizar a separação compulsória das residências. A principal razão era acabar com a migração dos não brancos, em especial os negros, das áreas rurais, para as grandes cidades e áreas exclusivamente brancas. Esse fluxo era estimulado pelo crescimento econômico nos centros urbanos. Destarte, o governo decidiu adotar como medida de contenção, a instauração de *townships*, áreas semi-urbanas destinada aos negros, *coloureds* e demais grupos excluídos, controlada pelo governo branco.<sup>38</sup>

Por fim, deve-se citar a Lei do passe (*Pass Law*) de 1952, sendo esta a responsável por chamar a atenção internacional para o que ocorria na África do Sul, após um trágico incidente. Tal lei regulamentava que, os não brancos eram obrigados a carregar cadernetas, contendo foto, dados pessoais, entre outras informações; eram os negros obrigados a mostrá-las às autoridades sempre que solicitadas, sendo vítimas, a cada abordagem, de atos de humilhação. Caso a pessoa não apresentasse o passe, seria imediatamente detido.<sup>39</sup>

Se antes de o Partido Nacionalista subir ao poder tínhamos alguma esperança ou ilusão com relação a ele, nós a perdemos sem demora. Quando o partido ameaçou pôr os cafres no seu lugar, não estava brincando. Além da Lei da Eliminação do Comunismo, em 1950 foram aprovadas duas novas leis que foram as pedras fundamentais do *apartheid*: a Lei do Registro da População e a Lei das Zonas de Grupo [...] Os testes arbitrários e sem sentido que serviam para distinguir um preto de um mestiço e um mestiço de um branco com frequência resultavam em casos trágicos em que membros da mesma família recebiam diferentes classificações, tudo dependendo de um filho ter pele mais clara ou mais escura.<sup>40</sup>

No entanto, membros do Congresso Pan-Africanista (CPA) – fundado por dissidentes do Conselho Nacional Africano (CNA) –, decidiram realizar uma manifestação anti-passe. A campanha, cujos fins eram totalmente pacíficos,

<sup>37</sup> THOMASHAUSEN, André E. A. M. *O Desmantelar do Apartheid: Balanço das reformas*. Lisboa : Lisboa Codex, 1989.

<sup>38</sup> Ibidem.

<sup>39</sup> CAMPOS JR., Celso de. *Massacre na África do Sul: Apartheid*. 1960. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/historia/apartheid-africa-sul/indice.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2011.

<sup>40</sup> MANDELA, Nelson. *Longo caminho para a liberdade: uma autobiografia*. São Paulo: Siciliano, 1995. p. 106.

pedia a todos os africanos que deixassem seus passes em casa e, desarmados, comparecessem às delegacias de polícia, entregando-se aos oficiais para serem presos. Os líderes do CPA acreditavam que a detenção massiva de negros resultaria numa pane do sistema: não apenas diante da superlotação das prisões, mas também a economia seria inesperadamente afetada, com boa parte da força de trabalho na cadeia. Porém o resultado obtido foi completamente diferente do esperado.<sup>41</sup>

Assim, no dia 21 de março, em Sharpeville, uma multidão com mais de cinco mil pessoas colocou-se diante do distrito policial, para aflição do efetivo local de vinte soldados, o qual resolveu chamar por reforços. Passado algum tempo, sem que qualquer aviso ou determinação para recuar tenha sido dado à multidão, os policiais começaram a disparar suas armas.<sup>42</sup>

Completamente desprevenidos, os negros recuaram desesperados, e poucos minutos depois, Sharpeville encontrava-se diante de um cenário de guerra, com dezenas de mortos e feridos pela rua. O principal responsável pela operação, comandante Pienaar, declarou que a ação fora executada, tendo em vista, seu carro ter sido atingido por uma pedra.<sup>43</sup>

A notícia de Sharpeville correu o mundo, conscientizando as outras nações sobre o que de fato ocorria na África do Sul, provocando as mais diversas manifestações de desaprovação e repúdio a forma desproporcional com que o governo sul africano resolvia suas diferenças.

Entre os diversos Estados que se manifestaram à época sobre o tema, destaca-se a publicação feita pelo o jornal *L'Osservatore Romano*, órgão de imprensa oficial do Vaticano, que questionou o motivo pelo qual a polícia da África do Sul não empregou “técnicas modernas de dispersão como mangueiras de água e

---

<sup>41</sup> CAMPOS JR., Celso de. *Massacre na África do Sul: Apartheid*. 1960. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/historia/apartheid-africa-sul/indice.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2011.

<sup>42</sup> CORNEVIN, Marianne. *Apartheid: Poder e Falsificação Histórica*. Lisboa : Edições 70, 1979.

<sup>43</sup> VEJA. *Massacre na África do Sul: Apartheid*. Veja. 1960. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/historia/apartheid-africa-sul/indice.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2011.

gás lacrimogêneo, que são usados em todos os países civilizados, ao invés de massacrar homens, mulheres e crianças indiscriminadamente”.<sup>44</sup>

Também a imprensa branca sul africana, pedia ao líder de governo, na época, o primeiro-ministro Verwoerd, moderação nas reações da polícia. Em uma publicação no jornal, *Johannesburg Star*, atacava-se a atitude política em relação ao massacre, afirmando ser “patética a fé do governo em metralhadoras para resolver problemas humanos básicos.”<sup>45</sup>

#### 1.4 Desenvolvimento do *apartheid*

A economia sul-africana, durante a década de 60, conheceu um ciclo de crescimento e prosperidade inéditos, os quais se prolongariam ainda nos primeiros anos do decênio seguinte. Os índices de incremento da riqueza da África do Sul, em torno de 6% ao ano, numa etapa de progresso geral das economias ocidentais, configuravam um feito notável.<sup>46</sup>

Apesar do que ocorrera em Sharpeville, e das resoluções da ONU que propunham o rompimento das relações diplomáticas e econômicas com a África do Sul, a confiança nas riquezas minerais inesgotáveis deste país, bem como os baixos salários e lucros compensadores, fizeram com que muitos grupos resistissem ao incidente do massacre.

Empresas como a *Anglo-American Corporation*, que capitaneou a retomada de investimentos, realizando bons negócios, por meio da aquisição de ações em baixa, e a *Chase Manhattan Bank*, que emitiu sinais positivos para o sistema financeiro internacional ao conceder volumosos empréstimos enquanto todos os principais grupos bancários se retraíam, voltaram às costas para o que ocorrera em Sharpeville, e concentraram-se na perspectiva de estabilidade que se abria à frente.<sup>47</sup>

---

<sup>44</sup> VEJA. *Massacre na África do Sul: Apartheid*. Veja. 1960. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/historia/apartheid-africa-sul/indice.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2011.

<sup>45</sup> Ibidem.

<sup>46</sup> MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo : Contexto, 2009.

<sup>47</sup> Ibidem.

A Grã-Bretanha manteve-se na condição de principal investidor estrangeiro na África do Sul. Esse país se converteu em um dos mais valiosos alvos dos investimentos exteriores britânicos, chegando a representar, cerca de 10% de todo o capital aplicado fora das ilhas. Em 1966, após a constituição de um tratado de associação, *United Kingdom – South African Trade Association* (UKSATA), o que antes era um *lobby* comercial, passou a ser um *lobby* político, ao ajudar na difusão de uma imagem positiva da África do Sul.<sup>48</sup>

Entre os países da Europa, a Alemanha Ocidental era outro parceiro do país africano, chegando suas exportações superarem as vendas britânicas. No campo militar, Pretória se beneficiou com a transferência de tecnologias bélicas alemãs. Também a França envolveu-se no comércio lucrativo de armas, ao fornecer caças Mirage à Força Aérea sul-africana.<sup>49</sup>

O influxo da expansão de consumo fez a economia sul-africana se diversificar. O núcleo da economia estatal africâner começou a voltar-se para a produção de armas, explosivos e munições, contudo, após a recomendação do Conselho de Segurança da ONU, para se embargar a venda de materiais bélicos para África do Sul, Pretória decidiu aprofundar seus esforços voltados para a auto suficiência no setor, contando para tanto com ajuda tecnológica da Grã-Bretanha, Itália, França e Alemanha Ocidental. Posteriormente, Israel estabeleceria relações sigilosas com o complexo industrial-militar sul-africano.<sup>50</sup>

O desenvolvimento econômico tomou um curso em que a tendência econômica de integração dos negros ao mercado urbano nacional e a tendência política de separação racial, imposta pelas leis do *apartheid*, começaram a entrar em contradição. Sob o impacto do crescimento econômico prolongado, os subúrbios negros, dentro dos núcleos metropolitanos brancos, se transformaram em aglomerados de milhares de habitantes. A própria política do *apartheid* acabou

<sup>48</sup> SMITH, Dr. Craig. *How the west gains from Apartheid: The case of the United Kingdom*. Disponível em: <<https://dspace.lib.cranfield.ac.uk/bitstream/1826/475/2/SWP4587.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2011.

<sup>49</sup> MAGNOLI, Demétrio. *África do sul: capitalismo e apartheid*. São Paulo : Repensando a Geografia, 1998.

<sup>50</sup> CAZOTTO, Gabriel Nickolas. *Desenvolvimento da África Subsaariana Ajuda da ONU aos países africanos: Análise da África e Libéria*. Disponível em: <[http://mpira.ub.uni-muenchen.de/6802/1/DESENVOLVIMENTO\\_NA\\_ueFRICA\\_SUBSAARIANA.pdf](http://mpira.ub.uni-muenchen.de/6802/1/DESENVOLVIMENTO_NA_ueFRICA_SUBSAARIANA.pdf)>. Acesso em: 12 mar 2011.

provocando o aparecimento de novas *townships*, visando abrigar uma parcela dos assalariados negros das cidades brancas.<sup>51</sup>

Com isso, o nacionalismo negro começou a ressurgir no ambiente das *townships*. Novos movimentos começaram a aparecer, principalmente entre os jovens, por estarem convencidos de que o *apartheid* só poderia ser derrubado pela juventude africana das *townships*, não demonstrando, assim, muita crença na sinceridade das ações conduzidas pela ONU e países com Estados Unidos, na tentativa de combate ao regime sul-africano. Assim, esses movimentos eram tidos como comunistas.<sup>52</sup>

Ao ser interrogado quanto ao tema, Mandela, em seu segundo julgamento, ocorrido no dia 20 de abril de 1964, negou tal fato e afirmou que:

No campo internacional, os países comunistas sempre nos ajudaram. Nas Nações Unidas e outros organismos mundiais, o bloco comunista apoiou a luta afro-asiática contra o colonialismo, e frequentemente parece mais simpático a nossa situação angustiante do que alguns dos poderes ocidentais. Embora exista uma condenação universal do *apartheid*, o bloco comunista manifesta-se contra ele em uma voz mais elevada do que a da maioria dos países brancos.<sup>53</sup>

Porém quando a agitação dos partidários desses novos movimentos, como a Consciência Negra, alcançou as escolas, e Soweto, onde viviam mais de um milhão de habitantes, a atmosfera tornou-se pesada.<sup>54</sup>

Quando os órgãos de educação decidiram ampliar o ensino obrigatório do africâner para os negros, estudantes e professores das diversas escolas africanas protestaram. Clive Nettleton, líder da União Nacional dos Estudantes Sul-Africanos (UNESA), formada principalmente por estudantes brancos das universidades liberais das principais cidades da África do Sul, manifestou-se sobre o assunto, opinando que:

<sup>51</sup> REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL. Human Sciences Research Council of South Africa. Project, Middle East: *occupation, colonialism, apartheid?: a re-assessment of israel's practices in the occupied palestinian territories under international law*. Cape Town, 2009.

<sup>52</sup> GUERRA, Sidney César Silva; OLIVEIRA, Camila Lourenço de. Da Comissão ao Conselho de Direitos Humanos: Uma Mudança mais que Institucional? *Revista de Direito da UNIGRANRIO*. 2009.

<sup>53</sup> WOODS, Donald. *Biko: A história do líder negro sul-africano Steve Biko*. São Paulo : Best Seller, 1987. p. 46

<sup>54</sup> Ibidem.

Embora ainda seja possível que estudantes brancos e negros realizem seminários e congressos conjuntos e encontrem-se ocasionalmente em eventos sociais, eles vivem em mundos diferentes. [...] A legalidade e o multirracismo não se misturam facilmente na África do Sul.<sup>55</sup>

De fato, a tentativa de imposição do *africâner* gerou muita insatisfação entre a população negra, que decidiu reagir. Em 16 de junho de 1976, aproximadamente 10 mil estudantes negros do bairro de Soweto fizeram um protesto pacífico contra as salas de aula superlotadas, a obrigatoriedade de ensino do *africâner*, a inaptidão dos professores, a falta de qualidade das universidades e, naturalmente, a discriminação que os negros sofriam.<sup>56</sup>

O protesto era pacífico, até que os policiais assassinaram o jovem Hector Peterson, de apenas 13 anos. Os manifestantes responderam atirando pedras e o tumulto começou. A polícia agindo com crueldade, matou mais de 500 estudantes, além de destruir casas do bairro. Sharpeville não se comparava ao que aconteceu em Soweto.<sup>57</sup>

### 1.5 Decadência do *apartheid*

No período compreendido entre a década de 60 e o início da década de 70, registrou-se certa calma social na África do Sul, permitindo, como vimos, o crescimento econômico e a diminuição das diferenças nas condições de vida das populações negra e branca. Entretanto, internacionalmente, a imagem do regime apresentava-se cada vez mais desfavorável. Por mais que a situação interna do país, em relação aos movimentos contrários ao regime, estivesse relativamente controlada, os países membros da ONU cada vez mais aderiam a campanhas contra as práticas do regime.<sup>58</sup>

Porém, somente depois do que aconteceu em Soweto, foi que a campanha diplomática contra o *apartheid* reavivou as sanções aplicadas na época de Sharpeville. Assim, a ONU declara 1978 o Ano Internacional contra o *Apartheid*,

<sup>55</sup> WOODS, Donald. *Biko: A história do líder negro sul-africano Steve Biko*. São Paulo : Best Seller, 1987. p. 51.

<sup>56</sup> Ibidem.

<sup>57</sup> BODDY-EVANS, Alistair. *16 June 1976 Student Uprising in Soweto Part 1: Background to the uprising*. Disponível em: <<http://africanhistory.about.com/od/apartheid/a/Soweto-Uprising-Pt1.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

<sup>58</sup> REDDY, Enuga S. *The United Nations and the struggle*. Disponível em: <<http://www.anc.org.za/docs/misc/1992/roadtodemocracyl.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2011.



porém desta vez suas sanções econômicas buscavam ser mais efetivas. Sendo as multinacionais americanas, as primeiras a serem pressionadas pelas associações de direitos civis a, retirarem suas empresas do território sul-africano. Inúmeras outras sanções foram impostas nos anos seguintes, inclusive por parte de países que anteriormente apoiavam o regime.<sup>59</sup>

Em 1984, aumentou-se o grau de isolamento aos africanos quando, o *Chase Manhattan Bank* e o *Morgan Guaranty* começaram a restringir seu comprometimento na África do Sul. Posteriormente, o *Chase* interrompeu a rolagem das dívidas e congelou as linhas de crédito para companhias sul-africanas. Alguns meses depois, a pressão exercida nesse país, provocou a suspensão dos pagamentos do serviço de dívida externa.<sup>60</sup>

No ano de 1985, adota-se a Resolução 569 do Conselho de Segurança, a qual determinava o fim dos investimentos no país e também pela Resolução 40/64 da Assembleia Geral da ONU, que isolou o país do ponto de vista desportivo, impedindo que seus atletas participassem de qualquer tipo de competição internacional.<sup>61</sup>

Concomitantemente as pressões internacionais, a violência nos subúrbios negros crescia. Em 1984, conflitos entre policiais e africanos se espalhavam na periferia de quase todas as metrópoles. Entre os anos de 1985 e 86, dezesseis distritos foram postos em estado de emergência, na região do Cabo Oriental. Nas *townships* de Pretória, sindicatos organizavam greves agrupando trabalhadores permanentes e migrantes. A agitação dos movimentos negros, nunca antes tinha se difundido por tantos lugares.<sup>62</sup>

Foi nesse contexto que o então chefe de governo, Pieter Botha, declarou as primeiras reformas, provocando a dissidência de membros da direita do Partido Nacional, os quais formaram o Partido Conservador. Tendo em vista as

---

<sup>59</sup> REDDY, Enuga S. *The United Nations and the struggle*. Disponível em: <<http://www.anc.org.za/docs/misc/1992/roadtodemocracyl.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2011.

<sup>60</sup> MAGNOLI, Demétrio. *África do sul: capitalismo e apartheid*. São Paulo : Repensando a Geografia, 1998.

<sup>61</sup> CAZOTTO, Gabriel Nickolas. *Desenvolvimento da África Subsaariana Ajuda da ONU aos países africanos: Análise da África e Libéria*. Disponível em: <[http://mpira.ub.uni-muenchen.de/6802/1/DESENVOLVIMENTO\\_NA\\_ueFRICA\\_SUBSAARIANA.pdf](http://mpira.ub.uni-muenchen.de/6802/1/DESENVOLVIMENTO_NA_ueFRICA_SUBSAARIANA.pdf)>. Acesso em: 12 mar 2011.

<sup>62</sup> MAGNOLI, Demétrio. Op.cit.

pressões internacionais e internas, Botha decidiu abolir as leis que proibiam as relações sexuais inter-raciais, os casamentos mistos e leis de passaporte interno. Essas concessões fizeram pouco ou nenhum efeito na sociedade vigente a época, pois grande parte dessas leis segregacionista já havia sido superada no próprio cotidiano das grandes cidades sul africanas.<sup>63</sup>

Esse período de busca por uma alternativa para a sobrevivência do Estado africâner, fundamentada na elaboração de políticas mais sofisticadas e supressão das características exteriores mais detestáveis do sistema de segregação, procurava impedir a manifestação de uma maioria política negra no cenário nacional.

Em 1985, durante um discurso, Botha sustentou a ideia de transformação dos núcleos urbanos negros em cidades-estados. Assim, concederia a autonomia a nível local, mediante a criação de conselhos municipais nas *townships*. Nesse mesmo ano, 16 das 31 *townships* oficializaram seus conselhos municipais, adotando desde já suas próprias políticas. Essa oficialização dava aos “residentes permanentes” preferências no mercado de trabalho das cidades.<sup>64</sup>

Enquanto o *apartheid* inicial introduzia a ideia que os territórios negros giravam em torno do branco, o *apartheid* de Botha, previa uma confederação, composta por unidades espaciais e territórios étnicos, semi-autônomos, interligando-se por instâncias de poder repartido. Pretendia-se manter o monopólio do poder político central nas mãos do Estado branco, diluindo a maioria africana nas participações regionais e locais. Aplicava-se nesse caso, a máxima “dividir para reinar”.<sup>65</sup>

---

<sup>63</sup> MAGNOLI, Demétrio. *África do Sul: capitalismo e apartheid*. São Paulo : Repensando a Geografia, 1998.

<sup>64</sup> THOMASHAUSEN, André E. A. M. *O Desmantelar do Apartheid: Balanço das reformas*. Lisboa : Lisboa Codex, 1989.

<sup>65</sup> CAZOTTO, Gabriel Nickolas. *Desenvolvimento da África Subsaariana Ajuda da ONU aos países africanos: Análise da África e Libéria*. Disponível em: <[http://mpira.ub.uni-muenchen.de/6802/1/DESENVOLVIMENTO\\_NA\\_ueFRICA\\_SUBSAARIANA.pdf](http://mpira.ub.uni-muenchen.de/6802/1/DESENVOLVIMENTO_NA_ueFRICA_SUBSAARIANA.pdf)>. Acesso em: 12 mar 2011.

## 1.6 “O final” do *apartheid* como regime político

Pode-se afirmar que os primeiros sinais de mudança surgiram com a vitória eleitoral de Frederick Williem De Klerk em 1989. Embora fosse membro tradicional do Partido Nacional e apoiador do regime, De Klerk decidiu que era o momento de avançar nas negociações de paz dentro do país através de gestos de boa vontade, como a legalização dos movimentos antiapartheid e a libertação de presos políticos, entre eles Nelson Mandela.<sup>66</sup>

Destarte, em 2 de fevereiro de 1990, ao realizar seu discurso de abertura do Parlamento, o Presidente Sul-Africano surpreende a todos ao abolir oficialmente, o regime do *apartheid*, bem como ao anunciar ao país as grandes modificações que iriam começar.

[...] Subjacente a esta, é crescente a percepção por um número maior de sul africanos, que apenas a negociação entre os líderes representativos de toda a população será capaz de garantir uma paz duradoura. A alternativa tem sido a crescente violência, tensão e conflito. Isso é inaceitável e do interesse de ninguém. O bem-estar de todos neste país está intrinsecamente ligada à capacidade dos líderes chegarem a um acordo uns com os outros em relação a uma nova disposição. Ninguém pode escapar dessa simples verdade. Deste modo, o governo irá conceder ao processo de negociação a mais alta prioridade. O objetivo é uma disposição completamente nova e constitucional, na qual cada habitante poderá desfrutar de iguais direitos, tratamento e oportunidade em cada esfera de atuação – constitucional, social e econômica<sup>67</sup>

Seu discurso considerou a negociação como função prioritária do governo e finalizou apregoando a libertação incondicional de Nelson Mandela, o que foi cumprido nove dias após o discurso, em 11 de fevereiro de 1990.

Porém, o sinal de que a Era da segregação terminava veio antes, em 1986, quando a Igreja Reformada Holandesa, principal pilar do regime implantado na África do Sul, que ainda reunia dois quintos dos brancos sul-africanos, resolveu abrir suas portas para os fiéis de todas as “raças”, e ainda

<sup>66</sup> THOMASHAUSEN, André E. A. M. *O Desmantelar do Apartheid: Balanço das reformas*. Lisboa : Lisboa Codex, 1989.

<sup>67</sup> DE KLERK, Frederick W. *Mr. De Klerk: Opening of Parliament 1990*. Disponível em: <<http://archive.niza.nl/docs/200404201354203185.pdf?&username=guest@niza.nl&password=9999&groups=NIZA&workgroup>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

adotou um documento no qual definia o racismo como sendo “um pecado que ninguém pode defender ou praticar”.<sup>68</sup>

O *apartheid* foi capaz de retardar e distorcer, mas não de reverter, o processo de urbanização da população negra sul-africana. Em 1985, dos 25 milhões de negros sul-africanos, 10 milhões moravam nas *townships* das cidades brancas. Assim o *apartheid* foi desmontado, pois, entre os habitantes das cidades da África do Sul, difundiu-se uma identidade não racial que tinha correspondência no programa político da CNA.<sup>69</sup>

Então, em março de 1992, sob a presidência de Frederik Willem de Klerk, um plebiscito, restrito ao eleitorado branco, é organizado pelo governo, onde se revelou que uma maioria de quase 70% da população branca votou “sim”, em apoio às políticas lançadas pelo presidente para extinção do Estado segregacionista.<sup>70</sup>

Três décadas separariam as eleições que colocariam fim ao *apartheid*, do discurso proferido de Mandela em sua defesa na Corte Suprema de Pretória, em 1964. Porém a atualidade do tema não se havia perdido com o tempo:

Acima de tudo, queremos igualdade de direitos políticos, pois sem eles a nossa deficiência será permanente. Eu sei que isto pode soar revolucionário para os brancos nesse país, porque a maioria dos eleitores serão africanos. Isso faz o homem branco temer a democracia. Porém, não se pode permitir que esse medo se interponha no caminho da única solução que irá garantir harmonia racial e liberdade para todos. Não é verdade que a emancipação de todos resultará na dominação racial. Divisão política, baseada na cor, é inteiramente artificial e, quando ela desaparecer, também desaparecerá a dominação de uma cor sobre outra. A CNA passou metade de um século lutando contra o racismo. Quando triunfar não irá mudar essa política. Durante minha vida tenho me dedicado a essa luta do povo africano. Eu lutei contra o domínio branco, e lutei contra o domínio negro. Estimo o ideal de uma sociedade democracia e livre em que todas as pessoas vivam juntas em harmonia e com iguais oportunidades. É um ideal que espero viver e pretendo alcançar. Contudo, se for preciso, é um ideal, pelo qual, estou disposto a morrer.<sup>71</sup>

<sup>68</sup> MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo : Contexto, 2009.

<sup>69</sup> Ibidem.

<sup>70</sup> MAGNOLI, Demétrio.. *África do sul: capitalismo e apartheid*. São Paulo : Repensando a Geografia, 1998.

<sup>71</sup> MANDELA, Nelson. *I am prepared to die*. Disponível em: <<http://www.historyplace.com/speeches/mandela.htm>> Acesso: 08 ago. 2011.

Em 1994, Nelson Mandela, líder do principal partido político de oposição a segregação, a CNA, é eleito presidente da África do Sul, por meio da primeira eleição multirracial do país, pondo um fim político, ao regime do *apartheid*.<sup>72</sup>

Contudo, resquícios do regime segregacionista ainda podem ser observados no meio social, demonstrando assim que, o fim oficial do regime, não livrou completamente o país do preconceito e da desigualdade. Vivendo hoje o país, uma nova separação, fundamentada na discriminação de classes econômicas.

Entretanto há quem defenda que a África do Sul, não foi o único Estado a impor o regime segregacionista a sua população. Para o escritor e jornalista palestino Marwan Bishara a ocupação israelense dos territórios palestinos deve ser vista como um novo *apartheid*. Afirmando para tanto que, da mesma forma que o governo do *apartheid* sul-africano, expulsou as populações negras de suas fazendas, forçando-as a viver em *homelands*, a fim de distribuir suas terras entre os brancos; os governos israelenses, aplicaram semelhantes políticas de “limpeza étnica” na Palestina.

Com isso, faz-se necessário uma análise do processo de criação do Estado de Israel, bem como de suas ideologias políticas, de modo a tornar possível a comparação entre o governo sul africano e israelense.

---

<sup>72</sup> GUERRA, Sidney César Silva; OLIVEIRA, Camila Lourenço de. *Da Comissão ao Conselho de Direitos Humanos: Uma Mudança mais que Institucional?* Revista de Direito da UNIGRANRIO. 2009.

## 2 ISRAEL/ PALESTINA

### 2.1 Origem etimológica do sionismo

A origem da palavra "Sionismo" deriva do termo bíblico "Sião", sinônimo de "Jerusalém", Terra de Israel (*Eretz Israel*). O Sionismo representa uma ideologia que expressa o profundo anseio dos judeus de todo o mundo, em retornarem a sua pátria histórica - Sião, a Terra de Israel.<sup>73</sup> Essa pretensão é almejada desde o exílio dos judeus na Babilônia, há cerca de 2500 anos, e que somente veio a se concretizar séculos depois.

Deste modo, é possível afirmarmos que o Sionismo, em sua vertente política, consolidada no século XIX, não inventou nem o conceito nem a prática do retorno, pelo contrário, ele, simplesmente, adaptou uma ideia muito antiga e um movimento constantemente ativo às necessidades e ao espírito de seu tempo.<sup>74</sup> Sendo então, a retomada da “Terra Prometida”, o conceito fundamental do pensamento Sionista, bem como, o que iria justificar as medidas tomadas por esse movimento contra os povos que se encontravam no território destinado a eles.

Tal ideologia veio a ser incorporada, expressamente, na Declaração de Independência de Israel, de 14 de Maio de 1948, conforme o disposto a seguir:

A terra de Israel é o local de origem do povo judeu. Aqui a sua identidade espiritual, política e religiosa foi moldada. Aqui eles primeiro atingiram a formação de um estado, criaram valores culturais de significância nacional e universal e deram ao mundo o eterno Livro dos Livros. Depois de serem forçosamente exilados de sua terra, o povo conservou consigo sua fé durante sua Dispersão e nunca deixou de rezar e sonhar com o retorno para sua terra e com a restauração, lá, de sua liberdade política.<sup>75</sup>

O apelo à espiritualidade e a designação divina da necessidade de retomar a terra “destinada” ao povo judeu era uma característica marcante no movimento sionista, e com o passar dos anos, suas bases ideológicas, se tornaram mais fortes, principalmente em razão da evolução dos conceitos de nação, povo e

<sup>73</sup> VISÃO JUDAÍCA. *Sionismo*. Disponível em: <<http://www.visaojudaica.com.br/Principal/Religiao/datas/sionismo.htm>>. Acesso em: 12 set. 2011

<sup>74</sup> FINKELSTEIN, Norman. *Imagem e Realidade no Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro : Record, 2005.

<sup>75</sup> ISRAEL. *Declaração de independência*. Disponível em: <<http://eitan.com.br/Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Independ%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011

Estado ocorridos especialmente na segunda metade do século XIX, aliado com as reivindicações nacionais de diversos povos da Europa, como a Revolução Francesa, que contribuíram para ampliação das ideias socialistas, antissemitas, bem como, para constantes *pogroms*<sup>76</sup> contra minorias judaicas no leste europeu, fazendo nascer, de fato, o Movimento Sionista, liderado por Theodor Herzl.<sup>77</sup>

Tal movimento possuía como preceito fundamental, a necessidade de unificar o povo judeu espalhado pelo mundo em uma nação judaica, pregando, portanto, a importância de retornarem e retomarem - se preciso fosse-, o local em que os primeiros hebreus se instalaram, o qual, segundo acreditavam os sionistas, lhes pertencia em razão de um desejo divino, e esse novo país serviria como local de renascimento espiritual do povo judeu. Contudo, seria necessário lutar durante anos com o povo árabe que lá habitava, e que não partilhava os anseios dos sionistas.

## 2.2 História anterior ao Estado de Israel

### 2.2.1 Os árabes

A história moderna da Palestina começa, de fato, no século XIX, nos últimos anos do Império Otomano, antes disso a Palestina encontrava-se sob o califado otomano há cerca de quatrocentos anos, bem como parte da Síria. Os otomanos governaram a Síria e Palestina como territórios administrativos, não buscavam colonizar a terra, ocupá-la ou assimilá-la, mas usando os nativos para gerir sua vasta burocracia. Isso porque o principal foco de interesse dos otomanos era Jerusalém, deixando, assim, o resto do país inabitável, em sua maior parte.<sup>78</sup>

O território otomano era dividido administrativamente em, *Vilayet*, ou províncias, e *Sanjak*, ou distritos. Por volta de 1888, à Palestina era dividida em três principais distritos, e entre eles encontrava-se Jerusalém, onde viviam os

<sup>76</sup> *Pogrom* é uma palavra russa que significa "causar estragos, destruir violentamente". Historicamente, o termo refere-se aos violentos ataques físicos da população em geral contra os judeus, tanto no império russo como em outros países. UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *Enciclopédia do holocausto: pogrom*. Disponível em:

<<http://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10005183>>. Acesso em 14 out. 2011.

<sup>77</sup> CORDEIRO, Hélio Daniel. Sionismo: o judaísmo com práxis política. Disponível em:

<[http://www.judaica.com.br/materias/002\\_09e10.htm](http://www.judaica.com.br/materias/002_09e10.htm)>. Acesso em: 14 out. 2011

<sup>78</sup> COHN-SHERBOK, Dan; EL-ALAMI, Dawoud. *O Conflito Israel-Palestina: para começar a entender*. São Paulo : Palíndromo, 2005.

funcionários que geriam a burocracia otomana, bem como mercadores e comerciantes. Compreendia a metade sul do país, e em razão de sua importância, era governada diretamente por Constantinopla. No interior da Palestina vigorava ainda um sistema feudal, o qual funcionava por gerações.<sup>79</sup>

Durante o final do século XIX, pouca atenção foi dada à presença de judeus na Palestina, a qual tinha nos principais distritos uma população de aproximadamente, seiscentos mil habitantes, entre os quais cerca de 10% eram cristãos, 4% judeus e a maioria mulçumanos. Isso demonstra que no período em que a Palestina foi dominada pelo Império Otomano as diferenças entre as comunidades não afetavam as relações existentes entre elas, pois se respeitava as adversidades presentes, garantindo a cada uma o direito de serem governadas segundo suas próprias leis religiosas, quando se tratasse de questões relevantes.<sup>80</sup>

### 2.2.2 Colapso império otomano

Entre os muitos fatores que contribuíram para desencadear a extinção do império otomano, dois elementos específicos afetaram a Palestina, estimulando um declínio da autoridade otomana. O primeiro deles foi à campanha de Napoleão no Egito e na Palestina, assegurando a entrada da Europa como um poder político no Oriente Médio, marcando o começo da longa luta entre Grã-Bretanha e a França para controlar a região.<sup>81</sup>

O segundo elemento era o conflito entre o sultão Muhammad Ali e os otomanos. Muhammad Ali, vice-rei otomano do Egito, foi bem sucedido na conquista de toda a Síria, inclusive Palestina, em 1833, porém os britânicos ajudaram o império otomano a reconquistar a Palestina em 1840. No entanto, durante a curta ocupação egípcia da Síria e Palestina, a abertura da Palestina aos interesses europeus, causou um dano irreparável na área. Alguns historiadores dão a esse episódio, o nome de “cruzada desarmada”, pois em pouco tempo todas as religiões imagináveis estavam em Jerusalém, e conforme crescia a influência

---

<sup>79</sup> COHN-SHERBOK, Dan; EL-ALAMI, Dawoud. *O Conflito Israel-Palestina: para começar a entender*. São Paulo : Palíndromo, 2005.

<sup>80</sup> Ibidem.

<sup>81</sup> TERRA, João Evangelista Martins. *A questão da Palestina*. São Paulo : Loyola, 2003.



estrangeira no final do século XIX e começo do XX, o desenvolvimento econômico e social deixava suas marcas na infraestrutura e na população da Palestina.<sup>82</sup>

### 2.2.3 A emancipação judaica

O Estado de Israel como hoje o conhecemos, é o resultado das mais intrincadas iniciativas no fim do século passado. As revoluções pela qual o mundo passava, representaram uma forte influencia para a formação do movimento sionista, pois fizeram surgir no seio da sociedade à necessidade de se afirmarem como pertencentes a uma ordem social baseada em valores compartilhados, dando origem, assim, ao nacionalismo moderno. Desse modo, o Estado poderia ser concebido com uma forma consensual de relacionamento, em que a base era formada pelos cidadãos.<sup>83</sup>

A Revolução Francesa foi louvada pelos judeus franceses e seus sectários no estrangeiro em termos quase messiânicos, pois, por meio de seus ideais, contribuiu, para a emancipação dos judeus franceses por meio da Assembleia Constituinte, em 27 de setembro de 1791. Esse sentimento pode ser representado pela declaração do Coronel Max Cerberr, presidente do Consistório Central, no início da Revolução de 1848:<sup>84</sup>

Os dois princípios que a República inscreveu em sua bandeira, a igualdade e a fraternidade de todos os homens, brotaram de nossas Escrituras Sagradas. Foi a voz de nossos profetas que os proclamou pela primeira vez. Transferidos por vossa imoral Revolução da esfera religiosa para a política, eles fortaleceram a liberdade... Por esta razão, nossa fé se une a nosso patriotismo para fazer-nos aplaudir esta nova época de nossa história.<sup>85</sup>

Porém, houve quem argumentasse o contrário, como o Cardeal Maury, o qual declarava que os judeus jamais se incorporariam à nação francesa, pois eles constituíam um “Estado dentro do Estado”. Não importando quantos direitos recebessem ou quão jubilosamente fossem acolhidos na sociedade

<sup>82</sup> TERRA, João Evangelista Martins. *A questão da Palestina*. São Paulo : Loyola, 2003.

<sup>83</sup> FINKELSTEIN, Norman. *Imagem e Realidade no Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro : Record, 2005.

<sup>84</sup> BARON, Salo W. *História e Historiografia do povo judeu*. São Paulo : Perspectiva, 1974.

<sup>85</sup> Ibidem. p. 139.

francesa, eles sempre seriam uma minoria distinta e inassimilável, que usaria suas novas liberdades para fortalecer suas instituições separatistas.<sup>86</sup>

Assim, a emancipação judaica revelou ser uma necessidade maior para os Estados que para os próprios judeus, tendo em vista que o Estado moderno, em particular o democrático, só poderia ser estabelecido depois de abolidas as distinções corporativas e substituída as estruturas corporativas pela estrutura democrática da sociedade. E o grupo judaico, nos mais diversos Estados, permanecia como uma entidade corporativa à parte, dotada de um sistema próprio de direitos e deveres, o que representava um manifesto retrocesso aos anseios das sociedades democráticas.<sup>87</sup>

Diante do impacto da emancipação dos judeus e de seu nacionalismo, começa a surgir na Europa Ocidental um sentimento de antipatia à reação separatista dos judeus, surgindo o movimento antissemita, o qual coincide com o aumento dos *pogroms* antijudeus na Rússia czarista, logo após o assassinato do czar Alexandre II, que levaram a criação de leis antijudaicas, as quais restringiam à liberdade de circulação, expulsavam os judeus de Moscou,... Enquanto isso, na França, o Caso Dreyfus<sup>88</sup> gera um aumento generalizado do antissemitismo na população, dando origem ao movimento sionista, que surgiu para por fim aos anseios dos judeus por uma pátria judaica.<sup>89</sup>

#### 2.2.4 O movimento sionista

O sionismo moderno destacou-se na figura de Theodor Herzl, o qual partilhando dos pensamentos e ideologias de Moses Hess<sup>90</sup> foi o propulsor do

<sup>86</sup> BARON, Salo W. *História e Historiografia do povo judeu*. São Paulo : Perspectiva, 1974.

<sup>87</sup> Ibidem.

<sup>88</sup> O Caso Dreyfus foi um escândalo político que ocorreu na França durante o final do século XIX. Centrava-se na condenação por alta traição de Alfred Dreyfus, um oficial de artilharia do exército francês, de origem judaica, em 1894. O acusado sofreu um processo fraudulento conduzido a portas fechadas. E apesar de ser inocente, sua condenação se baseou em documentos falsos. Quando os oficiais de alta-patente franceses perceberam o erro judicial cometido, tentaram ocultá-lo. A farsa foi acobertada por uma onda de nacionalismo e xenofobia que invadiu a Europa no final do século XIX. LAPOUGE, Gilles. *O anti-semitismo e a má consciência europeia*. Visão Judaica, n° 16. Disponível em:

<<http://www.visaojudaica.com.br/Agosto2003/Links/Artigos%20e%20reportagens/oantisemitismoeeamaconsenciaeuropeia.htm>>. Acesso em: 18 out. 2011.

<sup>89</sup> GRESH, Alain. *Israel, Palestina verdades sobre um conflito*. Porto : Campo das Letras, 2002.

<sup>90</sup> Em sua obra, *Rome and Jerusalem*, Hess assevera que os judeus sempre seriam estranhos às nações, e que nada poderia alterar esse estado. Sendo assim, a única solução para o problema

movimento sionista. Tendo lutado ativamente no caso Dreyfus, e influenciado pelo nacionalismo da Europa Central e Oriental, Herzl, pregava “o rompimento do pensamento judaico de abordagem idealista para a concretização de uma definição da identidade judaica”.<sup>91</sup> No prefácio do livro, *The Jewish State*, Herzl declara que a construção de uma pátria judaica não poderia ser exequível se apenas um indivíduo buscasse empreendê-lo, sendo necessário que muitos judeus concordassem com sua importância. Assim, quando os judeus se constituíssem como um povo, a “questão judaica” seria resolvida.<sup>92</sup>

Podemos observar aqui, que para os sionistas, ser “judeu” deixou de ser uma religião, e passou a tornar uma identidade, algo que os singularizavam em relação aos demais grupos da sociedade, e que consequentemente os excluía.

Ao identificar o pensamento de Theodor Herzl, a mais eminente autoridade em nacionalismo moderno, Hans Kohn, fez a seguinte observação:

Segundo a teoria alemã, as pessoas de ascendência comum [...] deviam formar um Estado comum. O pangermanismo baseava-se na ideia de que todas as pessoas de raça, sangue e ascendência alemães, onde quer que vivessem e qualquer que fosse o Estado a que pertencessem, deviam lealdade primeiro que tudo à Alemanha e deveriam tornar-se cidadãos do Estado alemão, sua verdadeira pátria. Eles e mesmo seus pais e antepassados podiam ter crescido debaixo de céus "estrangeiros" ou em ambientes "alienígenas", mas sua "realidade" interior fundamental continuava sendo alemã.<sup>93</sup>

Nota-se que a apreciação sionista da “questão judaica” reproduzia o raciocínio antissemita, o qual alegava o mesmo argumento de modo a justificar o ódio aos judeus. Desta forma, a resposta encontrada para o problema judaico também era observado na lógica do antissemitismo. Em função disso, podemos apreender que o sionismo político não pretendia combater o antissemitismo, e sim usa-lo como meio para resolver a questão judaica se “reestabelecendo” num Estado

---

de ódio aos judeus seria um acordo entre o povo judeu sobre sua identidade nacional. Podemos observar que para Hess, havia no povo judeu certa superioridade em relação aos outros grupos que compunham o mesmo país. Tal sentimento foi transportado para os ideais do movimento sionista. HESS, Moses; WAXMAN, Meyer. *Rome and Jerusalem: a study in Jewish nationalism*. Nova York : Bloch Publishing Company, 1918.

<sup>91</sup> CORDEIRO, Hélio Daniel. Sionismo: o judaísmo com práxis política. Disponível em: <[http://www.judaica.com.br/materias/002\\_09e10.htm](http://www.judaica.com.br/materias/002_09e10.htm)>. Acesso em: 14 out. 2011

<sup>92</sup> HERZL, Theodor. *A Jewish State: An Attempt at a Modern Solution of the Jewish Question*. Nova York : Federation of American Zionists, 1917.

<sup>93</sup> FINKELSTEIN, Norman. *Imagem e Realidade no Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro : Record, 2005. p. 60.

“pertencente” a nação sionista. Para isso, fazia-se imprescindível que os judeus se constituíssem em um lugar, de maneira que representassem a maioria.

Nota-se que a criação de uma maioria judaica era o objetivo fundamental do sionismo, conforme afirmou o dirigente revisionista Vladimir Jabotinsky ao declarar que “a Palestina haverá de tornar-se um país judeu no momento em que tiver uma maioria judaica”<sup>94</sup>, pois essa maioria auxiliaria a ratificar o direito dos judeus de reclamar o Estado. Porém muitos judeus a se mostraram contra a formação de um Estado judaico, em razão dessa reclamação, feita pelo movimento sionista, basear-se em um conjunto de conjecturas que iam de encontro ao ideal liberal.<sup>95</sup>

Entre ele, encontrava-se Albert Einstein, que aparentemente prevendo o que haveria de vir, escreve o seguinte:

A minha concepção de essência do judaísmo opõe-se à ideia de um Estado judaico, com fronteiras, um exército e qualquer forma de poder temporal, mesmo que limitado. Receio o desgaste interno que isso acarretará para o judaísmo – e, sobretudo o crescimento de um nacionalismo estreito nas nossas próprias fileiras [...] Um regresso a uma nação, no sentido político do termo, equivale a afastarmo-nos da espiritualidade da nossa comunidade, espiritualidade à qual devemos o gênio dos nossos profetas.<sup>96</sup>

As críticas dos opositores ao ideal sionista não foram suficientemente fortes para conter o desenvolvimento da “ideia messiânica” nas comunidades judaicas, que passaram a imigrar para Palestina,<sup>97</sup> e lá estabelecendo colônias agrícolas, as quais fizeram a população judaica no território palestino aumentar para cerca de 120.000 pessoas, em 1914. A população árabe ficou ansiosa com o influxo de colonos judeus, e começou a se engajar em atividades políticas.<sup>98</sup>

Concomitantemente a esses eventos, Herzl tentava persuadir o Sultão Abd al-Hamid, a favorecer a causa sionista. Valendo-se da crise econômica

<sup>94</sup> FINKELSTEIN, Norman. *Imagem e Realidade no Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro : Record, 2005.p. 61.

<sup>95</sup> Ibidem.

<sup>96</sup> GRESH, Alain. *Israel, Palestina verdades sobre um conflito*. Porto : Campo das Letras, 2002. p. 59.

<sup>97</sup> ARAGÃO, Maria José. *Israel x Palestina: origens, história e atualidades do conflito*. Rio de Janeiro : Revan, 2006.

<sup>98</sup> EBAN, Abba. *Assimilação, Nacionalismo, Sionismo*. Disponível em: <<http://www.chazit.com/cybersio/artigos/abba.html>>. Acesso em: 13 set. 2011.

que assolava o império otomano em função de uma enorme dívida interna que possuía, culminando com um longo declínio de corrupção e oportunismo estrangeiro, Herzl se ofereceu para levantar suporte financeiro para pagar a dívida do império, e livrar os otomanos do domínio estrangeiro. Em troca, ele pediu ao Sultão que autorizasse a imigração sionista à Palestina, ou ao menos para parte dela. O Sultão recusou a oferta de 20 milhões de libras pela Palestina, com uma resposta que se tornaria conhecida.<sup>99</sup>

Por favor, avisem-no para nunca mencionar isso de novo. Não posso vender um centímetro desse país – ele não pertence a mim. Pertence ao meu povo. Meu povo conquistou este Império Otomano com seu sangue e, depois o alimentou com seu sangue, e nós daremos o nosso sangue antes de permitirmos que alguém o tome de nós. Nossos homens foram mortos um após o outro em Belfanam porque recusaram se render, preferindo morrer no campo de batalha. O Império Turco não pertence a mim, pertence ao povo turco, e eu não posso, jamais, dar a qualquer um parte do império. Que o povo judaico fique com seus bilhões. Se o Império Turco for dividido, talvez os judeus fiquem com a Palestina de graça, mas eu nunca o dividirei; só sobre o meu cadáver, e nunca aceitarei que seja fragmentado por qualquer razão.<sup>100</sup>

Após cinco encontros entre o Sultão e Herzl, foi ofertado ao povo judaico que se estabelecessem no Império Otomano em geral, e não em detrimento de qualquer outro povo do império, sendo-lhes concedida cidadania otomana, de modo que eles caberiam tanto os direitos quanto os deveres de quaisquer outros cidadãos.<sup>101</sup>

### 2.2.5 Primeira Guerra Mundial

Durante a I Primeira Guerra Mundial a Inglaterra prometeu aos vários povos subjugados, uma rápida independência quando a guerra acabasse se a ela se associassem. O fato era que, em 1915-1916, a Inglaterra precisava do apoio árabe e, em uma troca de correspondências, Sir Henry MacMahon, do governo britânico, promete ao xeique Hussein de Meca, a criação de um Estado árabe independente, formado pelas províncias do Império Otomano.<sup>102</sup>

<sup>99</sup> COHN-SHERBOK, Dan; EL-ALAMI, Dawoud. *O Conflito Israel-Palestina: para começar a entender*. São Paulo : Palíndromo, 2005.

<sup>100</sup> Ibidem. p. 126.

<sup>101</sup> Ibidem.

<sup>102</sup> ARAGÃO, Maria José. *Israel x Palestina: origens, história e atualidades do conflito*. Rio de Janeiro : Revan, 2006.

Em 1917-18, a Palestina sai do domínio turco-otomano e passa para o controle britânico, contando para tanto, com o apoio, da Legião Judaica, grupo composto principalmente por batalhões de voluntários sionistas, a serviço dos aliados, e que pretendiam liberar a Palestina do domínio turco-otomano para posteriormente, conseguir o direito a estabelecer um Estado judeu; e de forças árabes da Arábia.<sup>103</sup>

Livres da opressão turca, os árabes acreditavam que estavam no ponto de autodeterminação, e que o acordo entre britânicos e árabes, de conceder a Palestina um status de Estado separado e independente, logo seria cumprido. No entanto, a administração britânica governou o território até 1920, com a posse do governo civil. E antes que os anseios árabes ocorressem, Herzl conseguiu fazer com que as grandes potências, entre elas, a Inglaterra, considerassem fidedignas as aspirações dos hebreus. E assim, em 02 de novembro de 1917, Arthur Balfour, secretário de exterior britânico emite a Declaração de Balfour<sup>104</sup>, aprovando o estabelecimento, na Palestina, de uma nação judaica.<sup>105</sup>

Como durante a guerra, os britânicos estavam incertos com os possíveis resultados que poderiam surgir, assim, numa tentativa de manter todos os elementos potencialmente amistosos ao lado dos aliados, fizeram promessas contraditórias. Argumentava-se, entretanto, que a Declaração tinha uma cláusula que afirmava que os interesses da população nativa não deveriam ser prejudicados.<sup>106</sup>

Contudo, isso não diminuía o choque dos árabes diante da declaração, ou a fundamental injustiça desse comprometimento, pois no começo de um século em que as populações nativas estavam começando a se libertar da opressão da influência colonial estrangeira, estava-lhes sendo imposto um esquema para o estabelecimento de uma população que chegava. O que fez o sentimento árabe organiza-se no sentido de expressar a oposição ao estabelecimento de uma nação judaica.

---

<sup>103</sup> BARON, Salo W. *História e Historiografia do povo judeu*. São Paulo : Perspectiva, 1974.

<sup>104</sup> ARAGÃO, Maria José. Op. cit.

<sup>105</sup> Ibidem.

<sup>106</sup> TERRA, João Evangelista Martins. *A questão da Palestina*. São Paulo : Loyola, 2003.

### 2.2.6 O Livro Branco

Em 1922, o então ministro das colônias britânicas Wilson Churchill, promulga o “Livro Branco”, o qual confirma a reivindicação judaica de um “lar” na Palestina, mas garante, também, os direitos árabes, ao restringir a imigração judaica.<sup>107</sup> A verdade era que tanto a Declaração de Balfour, quanto o Documento Branco foram esforços feitos na tentativa de satisfazer, ou ao menos apaziguar, todas as partes com quem a Grã-Bretanha havia se comprometido.

Aos judeus, havia-se prometido que o governo britânico se mostraria favorável à criação de uma Pátria Judaica, no entanto isso não fora posto em termo real ou tangível. Enquanto isso, as promessas feitas aos árabes estavam se esvaecendo e sendo substituídas pelo comprometimento de que a população nativa não seria prejudicada.<sup>108</sup>

Enquanto os árabes protestavam contra a Declaração de Balfour e o Documento Branco, os judeus estavam comprando terras ininterruptamente e promovendo a organização social. Desta forma, em 1939, foi escrito um novo “Livro Branco”, que determinava que apenas 75 mil imigrantes de origem judaica seriam admitidos na Palestina, de modo que ao cabo de cinco anos, esse mandato seria extinto, criando um governo de maioria árabe.<sup>109</sup>

## 2.3 Criação do Estado de Israel

### 2.3.1 Fim do mandato britânico

Com a subida de Hitler ao poder e o início da Segunda Guerra Mundial, ocorreu um aumento considerável de imigrações de judeus para Palestina, verificando-se um acréscimo da população judaica para cerca de um terço da população total, o que gerou uma intensificação aos ataques contras judeus e árabes.<sup>110</sup>

<sup>107</sup> TERRA, João Evangelista Martins. *A questão da Palestina*. São Paulo : Loyola, 2003.

<sup>108</sup> COHN-SHERBOK, Dan; EL-ALAMI, Dawoud. *O Conflito Israel-Palestina: para começar a entender*. São Paulo : Palíndromo, 2005.

<sup>109</sup> TERRA, João Evangelista Martins. Op. cit.

<sup>110</sup> ARAGÃO, Maria José. *Israel x Palestina: origens, história e atualidades do conflito*. Rio de Janeiro : Revan, 2006.

Após diversas tentativas frustradas de levar a paz para essa região, o governo britânico, se vê impotente para solucionar tal problema, e decide, portanto, entregar a questão árabe-israelense para as Nações Unidas. Em fevereiro de 1947, o chefe da delegação britânica das Nações Unidas, "sir" Alexander Cadogan, se encontrou com o Secretário Geral para discutir a formação de um comitê que compreenderia tanto representações árabes, quanto sionistas, para preparar o tema palestino, de modo a ser apresentado na próxima sessão da Assembleia Geral.<sup>111</sup>

Criou-se assim, o Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina – CENUSP, a fim de examinar a situação inteira e todos os fatores envolvidos. Em 28 de novembro de 1947, a sessão plenária da Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, por 33 votos contra 13 e 10 abstenções, o plano de divisão da Palestina em Estados árabe e judeu. Imediatamente após a votação, Cadogan, pediu às Nações Unidas que se mantivessem em contato com a Grã-Bretanha, para solucionar a questão da retirada das suas tropas da Terra Santa. O príncipe Faisal, da Arábia Saudita, foi um dos que condenou a decisão das Nações Unidas, declarando que fora destruída a Carta da ONU e que o seu país não se considerava obrigado a aceitar tal decisão.<sup>112</sup>

A Terra Santa foi, assim, dividida em Estados árabe e judeu, independentes, sendo Jerusalém considerada "cidade internacional". A comissão escolhida pela Assembleia Geral assumiria o governo da Palestina, quando a Inglaterra retirasse suas tropas do país. Tal retirada da Palestina deveria terminar até o dia 1º de agosto de 1948, contudo, no dia 9 de abril de 1948, um ramo do grupo paramilitar sionista, *Irgun*, liderado por Menachem Begin, que em 1977 se tornaria primeiro ministro de Israel, iniciaram um ataque contra a aldeia árabe de Deir Yassin, matando homens, mulheres e crianças, no que viria a ser conhecido com o Massacre de Deir Yassin. Estima-se que 107 pessoas foram mortas.<sup>113</sup>

<sup>111</sup> COHN-SHERBOK, Dan; EL-ALAMI, Dawoud. *O Conflito Israel-Palestina: para começar a entender*. São Paulo : Palíndromo, 2005.

<sup>112</sup> FOLHA DA MANHÃ. *A assembleia geral da ONU aprovou o plano de divisão da palestina em estados árabe e judeu*. Disponível em: <[http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo\\_30nov1947.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo_30nov1947.htm)>. Acesso em: 27 nov. 2011.

<sup>113</sup> Outros famosos atos de terrorismo judaico foram o enforcamento de dois soldados ingleses mantidos como reféns pelo grupo *Irgun*, e a explosão, em abril de 1946, do Hotel Rei Davi, local



Enquanto isso, Chaim Weizmann, participante ativo de todas as causas sionistas, estava em Washington tentando persuadir o Presidente Truman da necessidade de um Estado judaico. Assim, no dia 14 de maio de 1948, em Tel-Aviv, Ben-Gurion e outros líderes assinaram a Declaração de Independência de Israel, sendo Weizmann nomeado presidente do novo Estado, e Ben-Gurion, seu primeiro ministro. Em seguida, o Conselho de Estado revogou por unanimidade o Livro Branco de 1939.<sup>114</sup>

No mesmo dia ainda, os EUA, por intercessão direta do presidente Harry Truman, foram os primeiros a reconhecer o Estado de Israel, causando surpresa entre os diplomatas das Nações Unidas. Fontes próximas a Truman garantiram que o comandante-em-chefe sentiu a importância estratégica de se antecipar a Moscou no reconhecimento dos sionistas, além do mais, tratava-se de um ano eleitoral na América, e os votos da enorme comunidade judaica poderiam ser decisivos.<sup>115</sup>

Neste ponto, fica demonstrada a fragilidade das decisões internacionais, principalmente das Nações Unidas no que tange a Israel, pois despidas de caráter coercitivo, não conseguem lidar com a sobreposição de interesses soberanos de alguns Estados em face do bem comum. Representando assim, um órgão puramente demagógico.

### 2.3.2 Reação árabe

As vésperas do final do mandato britânico, e diante a promessa dos judeus em fazer cumprir a partilha aprovada pelas Nações Unidas, a Liga Árabe sentiu-se motivada a invadir a Palestina para restaurá-la aos habitantes árabes. Entre seus membros, acreditava-se que o intento seria alcançado sem dificuldades. Todavia, sem um comando unificado, com soldados despreparados e com

---

ocupado pelas instituições centrais do regime britânico, o quartel-general do exército e o governo civil, matando 91 civis, em sua maioria ingleses, mas também árabes e até mesmo judeus. Esses eventos fizeram com que os britânicos decidissem desistir do Mandato e retirar suas forças da Palestina. COHN-SHERBOK, Dan; EL-ALAMI, Dawoud *O Conflito Israel-Palestina: para começar a entender*. São Paulo : Palíndromo, 2005. p. 160

<sup>114</sup> ARAGÃO, Maria José. *Israel x Palestina: origens, história e atualidades do conflito*. Rio de Janeiro : Revan, 2006.

<sup>115</sup> COHN-SHERBOK, Dan; EL-ALAMI, Dawoud. Op. cit.

interesses completamente distintos entre si, os exércitos árabes foram surpreendidos pela resistência dos judeus.<sup>116</sup>

A situação para os palestinos tornou-se mais catastrófica, quando estes temendo uma reação futura dos judeus, deixaram suas casas rumo aos países árabes vizinhos nas semanas que antecederam o mandato. Contribuindo assim, para a expropriação metódica das terras árabes, tendo em vista a chegada maciça dos imigrantes judeus, 350 mil, entre 15 de maio de 1948 e final de 1949.<sup>117</sup>

Após a formação do Estado de Israel, os palestinos passaram a sofrer com as tensões e disputas recorrentes desse complicado processo de ocupação territorial, o qual contava com o aval de grandes potências internacionais, concedendo aos israelenses o privilégio de controlar grande parte do território palestino<sup>118</sup>. Desta forma, a região Palestina, desde 1949, transformou-se em um cenário de hostilidades e conflitos entre judeus e árabes.<sup>119</sup>

Impossibilitados de fazer frente ao extenso apoio internacional ao novo Estado judeu, os palestinos resolvem criar movimentos de modo a reivindicar a criação de um Estado Palestino. Assim, em 1958, surge o *Fatah*, organização fundada por Yasser Arafat, a qual representava o mnemônico reverso de *Hizb al-Tahrir al-Filastini* – Partido de Liberação da Palestina. Tal organização conseguiu estabelecer uma base na maioria dos países árabes, vindo a formar a Organização para Liberação da Palestina (OLP).<sup>120</sup>

Em 1967, as alianças políticas feitas no mundo árabe, intensificaram a atmosfera de tensão em torno de Israel, principalmente após a Guerra dos Seis

<sup>116</sup> COHN-SHERBOK, Dan; EL-ALAMI, Dawoud. *O Conflito Israel-Palestina: para começar a entender*. São Paulo : Palíndromo, 2005.

<sup>117</sup> Ibidem.

<sup>118</sup> Em 1948, o Estado de Israel, publicou a “Proclamação de Urgência sobre as propriedades de pessoas ausentes”, elevada ao status de lei em 1950 com o título “Lei Sobre a Propriedade de Pessoas Ausentes” em que se considerava ausente o camponês árabe em Israel que havia abandonado seu domicílio antes de 1º de agosto de 1948 ou que se havia instalado por qualquer razão nas áreas palestinas controladas por forças opostas ao novo estado entre 29 de novembro de 1947, e 19 de abril de 1948 quando ocorreu a abolição do “estado de Emergência”. TRAGTENBERG, Marúcio. *Dialética do Sionismo*. Disponível em: <<http://israelzionism.wordpress.com/sobre/a-palestina-ja-era-um-territorio-habitado/>>. Acesso em: 23 dez. 2011.

<sup>119</sup> SOUSA, Rainer. *A guerra dos seis dias*. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com.br/historiageral/guerra-dos-seis-dias.htm>>. Acesso em: 23 dez.2011.

<sup>120</sup> COHN-SHERBOK, Dan; EL-ALAMI, Dawoud. Op. cit.

dias que teve como consequência, a perda da Faixa de Gaza e do deserto do Sinai pelo Egito, a Síria ficou sem as colinas de Golã, até hoje em domínio de Israel, região estratégica para o abastecimento de água desse Estado, em razão de ser a fonte do maior rio da região, o Jordão, e a ocupação da Cisjordânia e Jerusalém Oriental pelo Estado sionista.<sup>121</sup>

Consta que, algumas horas após o fim da guerra-relâmpago, Moshe Dayan, ministro da defesa de Israel na época, levou o já velho Ben Gurion para um passeio de helicóptero sobre os territórios anexados. Voaram sobre Gaza, Cisjordânia, Jerusalém Oriental. Quando o helicóptero aterrissou, o fundador de Israel disse a Dayan que se Israel quisesse um dia ter paz, devia devolver a maior parte do que conquistara em 1967.<sup>122</sup>

### 2.3.3 *Intifada*

Em meados de 1980, os ânimos nos territórios ocupados eram de frustração. Novas propostas de paz envolvendo Egito, Jordânia e Israel não surtiram o resultado esperado. Assim, com o objetivo de se reunir com alguns palestinos proeminentes a fim de chegar a uma solução para a situação que se havia instaurado na região, o Secretário de Estado dos Estados Unidos visitou o Oriente Médio, no entanto foi impedido de realizar seu propósito, tendo em vista que a essa altura a raiva e frustração dos palestinos transbordavam, fazendo nascer a *Intifada*.<sup>123</sup>

Quando a comunidade, material e moralmente subjugada percebeu que não havia mais nada a perder, ela se insurgiu, armados apenas de pedras e toscos coquetéis Molotov, contra os mais sofisticados e equipados exércitos. Os israelenses tentaram abater os líderes da *Intifada*, porém a solidariedade e as organizações protegiam suas identidades. Pesadas baixas eram infligidas nos palestinos, por israelenses, os quais cometiam atrocidades contra os jovens, servindo assim para aumentar o ódio palestino. E conforme as imagens da desigualdade dessa disputa apareciam, mostrando meninos confrontando com

<sup>121</sup> BISHARA, Marwan. *Palestina/ Israel: a paz ou o apartheid*. São Paulo : Paz e Guerra, 2003.

<sup>122</sup> FINKELSTEIN, Norman. *Imagem e Realidade no Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro : Record, 2005.

<sup>123</sup> COHN-SHERBOK, Dan; EL-ALAMI, Dawoud. *O Conflito Israel-Palestina: para começar a entender*. São Paulo : Palíndromo, 2005.

pedras soldados israelenses armados com rifles automáticos, os amigos de Israel começaram a questionar a legalidade das ações israelenses.<sup>124</sup>

Buscando então, frear as hostilidades cometidas, o governo israelense procurou por fim as atividades israelenses nos territórios ocupados. Entretanto, em julho de 1989, estudantes de um *yeshiva* perto de Nablos, atacaram árabes do local, assassinando uma menina palestina de treze anos. Nos meses seguintes, escolas palestinas foram fechadas, por serem percebidas como pontos centrais de insurreição, levando ao conflito entre tropas israelenses e jovens palestinos. Com essa onda de violência, diversos palestinos moderados foram assassinados.<sup>125</sup>

Sem entender o verdadeiro sentido da *Intifada*, “a vontade de pequenos grupos que buscavam descobrir sua identidade nacional e insistir no seu reconhecimento”, como declarou Yitzhak Rabin, os israelenses demonstraram que um acordo de paz entre povos com interesses distintos, como fica demonstrado na declaração de Ben-Gurion a seguir, seria algo impossível de ocorrer.<sup>126</sup>

Quando dizemos que os árabes são os agressores e que nós estamos nos defendendo, trata-se apenas de meia verdade. No que diz respeito a nossa segurança e a nossa vida, estamos nos defendendo. [...] Mas os combates são apenas um aspecto do conflito, que em sua essência é um conflito político. E em termos políticos nós somos os agressores e eles estão se defendendo.<sup>127</sup>

## 2.4 Mitigação das Garantias

Desde o início os sionistas pregavam que Israel deveria ser um Estado judaico, nunca houve no ideal sionista o interesse em conceder lugar para não judeus na vida nacional. Para muitos desses sionistas, os árabes que permaneciam em Israel eram tidos como uma potencial ameaça à harmonia do país. Ben-Gurion era inflexível em sua visão em relação à minoria árabe, por acreditar que esta representava uma presença perigosa. Durante todo o seu mandato como

<sup>124</sup> COHN-SHERBOK, Dan; EL-ALAMI, Dawoud. *O Conflito Israel-Palestina: para começar a entender*. São Paulo : Palíndromo, 2005.

<sup>125</sup> Ibidem.

<sup>126</sup> Ibidem.

<sup>127</sup> FINKELSTEIN, Norman. *Imagem e Realidade no Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro : Record, 2005. p. 196.

Primeiro-Ministro, ele enfatizava o perigo das populações árabes como sendo um “foco de conspiração”.<sup>128</sup>

[...] Será que algum dirigente, reconhecendo o potencial da grande minoria árabe de desestabilizar o novo Estado judaico, *não* teria lutado para reduzir o peso e o número dessa minoria, nem teria ficado feliz, e mesmo eufórico, com o espetáculo das evacuações árabes em massa? Será que qualquer dirigente sensato e pragmático *não* teria lutado, considerando-se que os árabes deram início às hostilidades, para explorar a guerra no sentido de ampliar o território de Israel e de criar fronteiras de alguma forma mais racionais e viáveis?<sup>129</sup>

Assim, a política de Israel em relação aos árabes era de “inimigos do Estado”. A partir de 1948, 90% dos árabes viviam sob o comando de um governo militar sendo-lhe garantido, de modo a preservarem o estado de segurança, o direito de banir, deter os árabes, ou restringir a residência, sem julgamento e lhes impondo toque de recolher. Ademais, quaisquer expressões de nacionalismo árabe poderiam ser suprimidas pelas autoridades militares.<sup>130</sup>

Tais medidas de emergência eram tidas como fundamentais para sobrevivência do povo judaico na região, em face ao ressentimento palestino. E por meio do controle absoluto da população árabe, tornava-se possível assegurar a frustração de qualquer forma de insurreição.

Portanto, a soma de todos esses fatores – mitigação da garantia de igualdade e liberdade; perda de terras herdadas, as quais o próprio Mandado Britânico tinha respeitado a propriedade; e a perda do poder político pelos árabes em razão da perda de terras pelos ricos – levaram a população árabe a nutrir um ressentimento profundo contra os novos dominadores.

A questão palestina estava posta, porém ninguém consegue chegar a uma solução que favoreça os dois povos de Israel. Conforme afirmou Ben-Gurion, “todo mundo enxerga a dificuldade existente na questão das relações entre árabes e judeus. Mas nem todo mundo percebe que não existe uma solução para o problema. Nenhuma solução! Existe um abismo, e nada pode preenchê-lo.” Para ele, o conflito

<sup>128</sup> FINKELSTEIN, Norman. *Imagem e Realidade no Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro : Record, 2005.

<sup>129</sup> Ibidem.

<sup>130</sup> BISHARAT, George E. *Land, Law, and Legitimacy in Israel*. American University Law Review, p. 512 – 524, 1994. Disponível em: <<http://digitalcommons.wcl.american.edu/auilr/vol43/iss2/3/>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

entre os interesses judaicos e árabes só poderia ser resolvido por meio de sofismas, pois os árabes não concordam que a Palestina “pertence” aos judeus, e estes por sua vez não abrem mão da terra destinada a seus antepassados. Desta forma, a linguagem operacional continuou sendo a força.<sup>131</sup>

Destarte, superada a análise histórica do processo de formação do Estado de Israel, das ideologias que o baseiam, bem como da intensificação de medidas políticas israelenses protecionistas que levam a exclusão dos palestinos, podemos afirmar que o regime político israelense em muito se assemelha a política implantada pelos brancos na África do Sul. Sendo tal comparação reconhecida e legitimada internacionalmente, como veremos a seguir.

---

<sup>131</sup> FINKELSTEIN, Norman. . *Imagem e Realidade no Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro : Record, 2005.

### 3 SEMELHANÇAS

#### 3.1 Políticas semelhantes

O que é tão incompreensível, e não justificável, é o que foi feito com outras pessoas para garantir essa existência. Eu fiquei profundamente angustiado na minha visita a Terra Sagrada; a qual me lembrava demais o que acontecia conosco, pessoas negras, na África do Sul. Eu vi a humilhação dos palestinos nos *checkpoints* e barreiras, sofrendo como nós quando jovens policiais brancos nos impediam de passar.<sup>132</sup>

Nessa declaração dada ao jornal *The Guardian* em abril de 2002, o Bispo Desmond Tutu, importante figura na luta contra o regime segregacionista na África do Sul ao lado de Mandela, demonstra seu espanto ao constatar que regime semelhante ao *apartheid* é aplicado por um povo cuja as atitudes demonstram uma seletiva amnésia a toda perseguição histórica sofrida por seus ascendentes.<sup>133</sup>

Tomando por base o movimento sionista, é possível observar que, embora tivesse como pressuposto fundamental, a concretização do projeto sionista sem a exigência do uso da força, os princípios efetivamente usados por eles, de modo a alcançar tal projeto, se assemelhavam com o discurso do *apartheid*, tendo em vista que, os sionistas alegavam não ter ambições de domínio na Palestina, e sim de colonizar as regiões, de modo a levarem a essa terra o progresso e desenvolvimento. Com o passar do tempo, e tendo-se concedido a independência do Estado de Israel, os sionistas, viram a necessidade de promover a política do “dividir para reinar”.<sup>134</sup>

Essa política pode ser observada depois da vitória de Israel em junho de 1967. Após ocupar a Cisjordânia e Gaza, Israel se encontrou diante do mesmo dilema do movimento sionista, queria-se a terra, mas não sua população. A expulsão, naquele momento não seria a melhor opção, pois o mundo havia passado por regimes brutais de transferências forçadas da população, e a opinião

<sup>132</sup> TUTU, Desmond. *Apartheid in the Holy Land*. Disponível em:

<<http://www.guardian.co.uk/world/2002/apr/29/comment>>. Acesso em: 29 set. 2012.

<sup>133</sup> TUTU, Desmond; URBINA, Ian. *Against Israeli Apartheid*. Disponível em:

<<http://www.thenation.com/article/against-israeli-apartheid>>. Acesso em: 12 set. 2011.

<sup>134</sup> FINKELSTEIN, Norman. *Imagem e Realidade no Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro : Record, 2005.

internacional não coferiria qualquer legitimidade a isso. Coube, assim, a Israel uma segunda opção, o *apartheid*.<sup>135</sup> Desse modo, diversas leis foram criadas, visando limitar os direitos dos palestinos, e garantindo um maior controle aos sionistas sobre as populações árabes que ainda hoje, residem no Estado de Israel.

Porém, antes de observarmos as medidas adotadas por Israel que se assemelham com as do *apartheid* sul africano, vejamos como as leis internacionais nos possibilitam tratar o regime aplicado na Palestina como segregacionista.

### 3.1.1 Definição legal do termo *apartheid*

Em 1973, ainda durante o regime segregacionista, a Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovou o texto da “Convenção Internacional da Punição e Supressão ao crime do *Apartheid*”. Sua intenção imediata era fornecer a estrutura formal e legal para que os membros da Assembleia Geral pudessem aplicar sanções de modo a pressionar o governo Sul africano a mudar suas políticas. Entretanto, essa convenção foi disposta em termos gerais, definindo o *apartheid* como um sistema de dominação e opressão de um grupo racial para com outro grupo ou grupos.<sup>136</sup>

Houve, porém quem questionasse a possibilidade de se aplicar o conceito de *apartheid* da Convenção de 1973 a política imposta por Israel na Palestina, justamente por que os judeus não representariam uma raça, como os negros e brancos da África do Sul, e sim uma religião, não podendo assim ser denominados um grupo racial, e desta forma não se enquadrariam ao conceito dado pela Convenção.

Porém, no artigo 1(1) da Convenção Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação (ICERD), “raça” aparece como uma das inúmeras identidades de grupos que formam a discriminação racial. Sendo possível

<sup>135</sup> FINKELSTEIN, Norman. *Imagem e Realidade no Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro : Record, 2005.

<sup>136</sup> UNITED NATION. General Assembly. International Convention on the suppression and punishment of the crime of apartheid. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/28/ares28.htm>>. Acesso em: 08 abr. 2012.



entender como discriminação racial qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada na raça, cor, descendência, nacionalidade ou origem étnica.<sup>137</sup>

A ICERD é invocada no preâmbulo da Convenção do *Apartheid*, incluindo na definição de *apartheid* a prática de políticas similares de segregação racial e discriminação, tais como as praticadas na África do Sul. Essa referência a ICERD pode ser entendida como uma indicação que a Convenção do *Apartheid*, pode ser interpretada amplamente, de modo a atingir outros sistemas, cuja institucionalização da dominação e opressão por um grupo racial sobre outros, não se encontre limitada ao conceito de “raça”.<sup>138</sup>

Superada essa questão, analisemos as medidas aplicadas por Israel que se assemelham, ou até mesmo superam as aplicadas pelo regime segregacionista sul africano.

### 3.2 Negação ao direito de livre movimento

De acordo com a Convenção do *Apartheid*, negar o direito de livre movimento, constituiria um ato de *apartheid*. Tal direito, sob uma perspectiva internacional deve ser analisado sob dois aspectos, o “interno”, e o “externo”; esse garante o direito de livre circulação e escolha de residência dentro de um país; e o segundo, implica na possibilidade de deixar seu país e posteriormente retornar.<sup>139</sup>

Primeiramente analisaremos o aspecto interno dessa restrição, tanto no contexto sul africano quando no palestino, para depois verificarmos como essa restrição se dá no aspecto externo.

#### 3.2.1 África do sul

Ambos os aspectos desse direito não eram respeitados na África do Sul, quando imposta à política do *apartheid*, mas atualmente são igualmente

<sup>137</sup> UNITED NATIONS. General Assembly. *International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination*, 1, 1965. Disponível em: < <http://www2.ohchr.org/english/law/cerd.htm> >. Acesso em: 11 abr. 2012.

<sup>138</sup> REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL. Human Sciences Research Council of South Africa. Project, *Middle East: occupation, colonialism, apartheid?: a re-assessment of israel's practices in the occupied palestinian territories under international law*. Cape Town, 2009.

<sup>139</sup> Ibidem.

protegidos na seção 20 da Constituição Sul Africana, a qual provê a todos os cidadãos o direito de deixar, entrar, permanecer e residir em qualquer parte da República.<sup>140</sup> O significado histórico desse instituto é considerável, levando-se em consideração as severas restrições a sua liberdade de circulação, bem como, as restrições de habitação a que os negros sul-africanos eram submetidos durante o período que se impôs a legislação do *apartheid*.

A negativa dos direitos de livre movimento e residência era a preocupação central da política do *apartheid* na África do Sul, além do esforço em negar outros direitos como a liberdade de expressão e associação pacífica. Em termos de grandes políticas segregacionistas, os grandes centros econômicos urbanos sul africanos eram consolidados na preservação da raça branca, aos negros apenas eram permitido o acesso a essas áreas com o propósito de promoverem o labor, de modo a movimentar a economia branca.<sup>141</sup>

Em termos de teoria do *apartheid*, a população africana consistia em dez grupos étnicos, os quais foram agrupadas em suas próprias *homeland*. O plano seria de conceder independência para essas *homelands* depois de um tempo. A razão e filosofia por trás desse pensamento foram apresentadas por meio de uma lei, a qual explicava aos parlamentares as três principais bases para a nova política de “liberdades separadas”.<sup>142</sup>

A primeira seria que Deus chamou o povo branco para a África, dando-lhes uma tarefa divina, a qual não poderia ser negada ou destruída por qualquer pessoa. A segunda é que cada povo no mundo, independentemente de cor e raça, é igual a qualquer indivíduo, tendo um direito inerente de viver e se desenvolver. Cabendo a eles, também, o direito a auto preservação. Em terceiro lugar, a lei fala da profunda convicção de que os ideais pessoais e nacionais de

---

<sup>140</sup> REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL. *Constituição (1996)*. Disponível em:

<<http://www.info.gov.za/documents/constitution/93cons.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

<sup>141</sup> Idem. Human Sciences Research Council of South Africa. Project, Middle East: *occupation, colonialism, apartheid?: a re-assessment of israel's practices in the occupied palestinian territories under international law*. Cape Town, 2009.

<sup>142</sup> Ibidem.

cada grupo étnico seriam mais bem desenvolvidos dentro de suas próprias comunidades, onde não se sentiriam ameaçados.<sup>143</sup>

Por meio da base filosófica do *apartheid* podemos perceber como os argumentos foram expostos de modo a se justificarem, não dando margem a questionamentos. Pois ao se conhecer o direito de desenvolvimento e auto preservação, estariam justificando a necessidade de implementação de áreas separadas para cada grupo, e tudo isso seria justificado no mais profundo e indiscutível desejo divino, o que, por sua vez, isentava os brancos de culpa por qualquer ato por eles praticados contra as minorias.

O mecanismo legal de restrição ao direito de acesso dos negros africanos as áreas brancas, foi instituído entre 1952 e 1955, quando passou a ser exigido um documento com foto, detalhando o local de origem, cuja residência deveria ter se dado por no mínimo 10 anos pelo requerente, ou que este tenha trabalhado para o mesmo empregador pelo período mínimo de 15 anos. E aqueles que se negavam a apresentar tal documento às autoridades policiais quando requerido, estariam cometendo ofensa criminal podendo ser presos, multados e deportados.<sup>144</sup>

Até o abandono formal de controle de fluxo em 1986, centenas de milhares de Africanos foram condenados a cada ano por não ter um documento de referência em sua posse. Quando acoplamos isso com a criação de gabinetes de trabalho em todo o país, nos é permitido perceber um maior controle e canalização do fluxo de trabalhadores negros pelo Estado, conforme a exigência nos diversos setores da economia.

### 3.2.2 Israel

Realidade semelhante ao do regime do *apartheid* vem ocorrendo em Israel. Há anos, a legislação militar permite aos judeus israelenses gozarem de liberdade para mover-se sem restrições em todo território palestino, contando com

---

<sup>143</sup> REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL. Human Sciences Research Council of South Africa. Project, Middle East: *occupation, colonialism, apartheid?: a re-assessment of israel's practices in the occupied palestinian territories under international law*. Cape Town, 2009.

<sup>144</sup> Ibidem.

ruas reservadas para seu uso exclusivo. Enquanto a população Palestina encontra-se sujeita a medidas coletivas de restrição de movimentos, que inclui obstáculos físicos e impedimentos administrativos.

Um exemplo das restrições sofridas pelos palestinos teve lugar meses após a ocupação da Cisjordânia, leste de Jerusalém e Gaza em Junho de 1967, quando Israel conduziu um censo da população palestina nessas áreas. Ordens militares foram passadas no sentido de que a posse de um cartão de identidade israelense seria condição necessária para residirem nos Territórios Palestinos Ocupados (OPT). Como resultado dessa ordem, estima-se que mais de 300 mil palestinos que fugiram da guerra ou que estavam fora do que se tornou OPT pós-guerra, foram excluídos do censo e impedidos de retornarem.<sup>145</sup>

A situação agravou-se nos anos 90, quando a entrada de palestinos em Israel passou a ser condicionada a apresentação de uma licença pessoal de permissão de entrada. Essa licença não se limitou aos transeuntes, o transporte público palestino em geral, também necessitava de licença para circular por regiões como o Vale do Jordão. E para aqueles que desejavam sair de suas regiões a fim de receberem tratamento médico era preciso obter uma permissão humanitária.<sup>146</sup>

Até hoje as licenças devem ser usadas, e tais “concessões” tem se tornado praticamente impossíveis de se obter por dois motivos principais; primeiramente por serem frequentemente negadas pelas autoridades israelenses, em razão da burocracia imposta que obriga aos requerentes provem não oferecer nenhum perigo à segurança; e depois em razão das constantes mudanças das restrições que geram um sentimento de incerteza na população palestina.<sup>147</sup>

O fato de Israel continuar aplicando esses meios mesmo depois que as ameaças à segurança do novo Estado já haviam passado, demonstra que seu uso visa atingir outros objetivos. E por mais que tais medidas sejam efetivamente

<sup>145</sup> AL-HAQ, Ramallah. The Right to Unite. *Occasional Paper*, n. 8, p. 3. 1990 apud REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL. Human Sciences Research Council of South Africa. Project, Middle East: *occupation, colonialism, apartheid?: a re-assessment of israel's practices in the occupied palestinian territories under international law*. Cape Town, 2009.

<sup>146</sup> B'TSELEM. *Ground to a Halt: Denial of Palestinians' Freedom of Movement in the West Bank*. Disponível em: <[http://www.btselem.org/publications/summaries/200708\\_ground\\_to\\_a\\_halt](http://www.btselem.org/publications/summaries/200708_ground_to_a_halt)>. Acesso em: 07 abr. 2012.

<sup>147</sup> Ibidem. p.15.

usadas para assegurarem legítimos interesses de segurança, eles estariam violando o princípio da proporcionalidade, pois a vasta maioria das pessoas vítimas de restrição não são suspeitas de se envolverem pessoalmente em qualquer atentado terrorista.<sup>148</sup>

Porém as limitações de movimento continuaram, e em 2002 o governo de Israel decidiu construir uma grande barreira, equipada com arame farpado, cercas eletrônicas e trincheiras, que separa Israel da Cisjordânia, alegando que estaria se prevenindo de um possível ataque palestino. O caso foi levado a Corte Internacional de Justiça, a qual declarou que “a construção do muro e seu regime associado impedem a liberdade de movimento dos habitantes dos Territórios Ocupados da Palestina, excetuando, entretanto, os cidadãos israelenses e seus assemelhados.”<sup>149</sup>

O reconhecimento internacional do uso abusivo das medidas protetivas por parte de Israel, não foram suficientes para conter o crescimento de controles de movimento. Assim, em setembro de 2008, o Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários das Nações Unidas (*Office for the Coordination of Humanitarian Affairs* - OCHA), constatou que Israel estabeleceu na Cisjordânia, 699 restrições físicas, sendo a maioria desses postos de controle *checkpoints* e barreiras ao movimento posicionados de tal forma que impedem o movimento palestino na Cisjordânia, ao invés de entre a Cisjordânia e Israel.<sup>150</sup>

Mais do que simples estruturas de concreto erguidas por Israel, essas restrições, além de constituírem um meio de punição coletiva, reforçam a crescente fragmentação territorial na OPT, isolando os palestinos de sua terra, enquanto se prioriza a “segurança” de Israel, trazendo como resultando a completa

<sup>148</sup> Em 2010, essa região possuía 99 *checkpoints* fixos e 73 ao longo das barreiras, 420 obstruções físicas, e 232 quilômetros de rodovia para o uso exclusivo de israelenses. B'TSELEM. *Checkpoints, Physical Obstructions, and Forbidden Roads*. Disponível em: <[http://www.btselem.org/freedom\\_of\\_movement/checkpoints\\_and\\_forbidden\\_roads](http://www.btselem.org/freedom_of_movement/checkpoints_and_forbidden_roads)>. Acesso em: 07 abr. 2012.

<sup>149</sup> UNITED NATIONS. General Assembly. International Court Of Justice. *Legal Consequences of the Construction of a Wall in the Occupied Palestinian Territory*. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/131/1677.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2011. p. 11.

<sup>150</sup> B'TSELEM. *Ground to a Halt: Denial of Palestinians' Freedom of Movement in the West Bank*. Disponível em: <[http://www.btselem.org/download/200708\\_ground\\_to\\_a\\_halt\\_eng.pdf](http://www.btselem.org/download/200708_ground_to_a_halt_eng.pdf)> Acesso em: 07 abr. 2012. p. 24/25.

segregação de dois grupos, a qual se dá por meio de medidas que se mostram muito além das aplicadas durante o *apartheid* da África do Sul.<sup>151</sup>

### 3.3 Negação ao direito de deixar e retornar ao seu país

O direito internacional, amplamente reconhece o direito que um indivíduo tem de deixar e voltar para seu país. O direito de retorno é aplicável inclusive se o território em questão encontra-se em disputa ou mudou de domínio. A lei de nacionalidade estipula que em casos de sucessão estadual, o novo sucessor do Estado deve permitir que residentes habituais de um território, que esteja passando por mudança de status ou soberania, exercerem seu direito de retornar para suas casas ou local de origem, independentemente de onde eles possam estar na data da atual sucessão. O direito de retorno não se aplica somente aos indivíduos diretamente expulsos e sua família imediata, mas também aos descendentes que mantiveram relações estreitas e duradouras com a área.<sup>152</sup>

#### 3.3.1 África do Sul

O direito dos negros sul africanos de deixarem e retornarem ao seu país, era limitado de muitas maneiras. A política que afetava milhões de negros era a política dos *homelands*, os quais unilateralmente redefiniram o país em que o negro pertencia a seções particionadas da África do Sul, em estados étnicos titulares.

Durante o regime, milhões de negros sul africanos foram forçadamente transferidos para as *homelands* e um conjunto de leis de restrição a livre movimentação, proibia-os de retornarem as áreas brancas, as quais eram agora um outro “país”. Qualquer tipo de reclamação de retorno a sua antiga área, era imediatamente sufocado.<sup>153</sup>

<sup>151</sup> UNITED NATIONS. General Assembly. *Situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967*. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/48e5e2be2.html>>. Acesso em: 8 abr. 2012.

<sup>152</sup> Idem. *Nationality of Natural Persons in relation to the Succession of States*. Disponível em: <[http://untreaty.un.org/ilc/texts/instruments/english/draft%20articles/3\\_4\\_1999.pdf](http://untreaty.un.org/ilc/texts/instruments/english/draft%20articles/3_4_1999.pdf)>. Acesso em: 08 abr. 2012.

<sup>153</sup> CORNEVIN, Marianne. *Apartheid: Poder e Falsificação Histórica*. Lisboa : Edições 70, 1979.

A política do regime do *apartheid* negava aos seus adversários políticos um passaporte, o qual era essencial para o exercício do direito de deixar o país, e que cabia ao poder discricionário do governo. No entanto, a legislação permitia que pessoas determinadas a sair do país solicitassem uma “permissão de saída”, porém os que optavam sair desse modo tornaram-se apátridas.

### 3.3.2 Israel

Fazendo um contraste entre legislação israelense e a prática no que se refere aos refugiados palestinos, os quais enfrentam barreiras excessivamente severas para voltar ao seu país de origem, e os imigrantes judeus, que podem entrar livremente em Israel e se qualificar para a cidadania automática em razão da sua identidade judaica, nos são fornecidas evidências de medidas discriminatórias com a clara finalidade de estabelecer e manter a dominação de um grupo racial em detrimento de outro.

Quando a primeira guerra árabe-israelense terminou com a assinatura de uma trégua em 1949, estima-se que 750.000 palestinos haviam se tornado refugiados. Além disso, a invasão de Israel e da ocupação de Jerusalém Oriental, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza em junho de 1967 resultou em 550.000 palestinos sendo deslocados, a maioria dos quais fugiram ou foram expulsos para a Jordânia. Até 31 de dezembro de 2007, o número de pessoas registradas com o Alívio da ONU Agência como dos refugiados palestinos de ter aumentado para mais de 4,5 milhões, cerca de 1,8 milhões dos quais vivem na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.<sup>154</sup> Segundo dados da United Nations Relief And Works Agency (UNRWA), até 1º de janeiro de 2012, o número de refugiados subiu para 4,7 milhões, sendo que 727 mil apenas na Cisjordânia e 1,1 na Faixa de Gaza.<sup>155</sup>

Sob a lei de direitos humanos, estes refugiados, bem como seus descendentes, têm o direito de retornar a seus lugares de residência habitual. Deste modo, a Resolução 194 da Assembleia Geral de 1948 estipulou que aos refugiados

<sup>154</sup> REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL. Human Sciences Research Council of South Africa. Project, Middle East: *occupation, colonialism, apartheid?: a re-assessment of israel's practices in the occupied palestinian territories under international law*. Cape Town, 2009.

<sup>155</sup> UNITED NATIONS. General Assembly. *United nations relief and works agency for palestine refugees in the near east*. Disponível em: <<http://www.unrwa.org/userfiles/20120317152850.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2012.

palestinos deve ser permitido "para voltar para suas casas", o mais rapidamente possível:

[...] Os refugiados que desejem regressar aos seus lares e viver em paz com seus vizinhos devem ser autorizados a fazê-lo o mais rápido possível, e que uma compensação deve ser paga pela propriedade daqueles que optarem por não retornar e por perdas e danos às propriedades que, sob os princípios do direito internacional ou de equidade, se perderam ou se danificaram, devendo ser feita bem pelos governos ou autoridades responsáveis.<sup>156</sup>

Israel não cumpriu com essa estipulação, e assim, palestinos expulsos em 1948 não foram autorizados a voltar para suas casas, recuperar a sua propriedade, ou obter residência ou cidadania em Israel. A Lei de Cidadania de 1952, a qual dava elegibilidade para a cidadania israelense, excluiu em seu artigo 3º, os refugiados palestinos, argumentando que eles não estavam em Israel, ou em uma área que se tornou o território israelita após a criação do Estado, entre maio 1948 e abril 1952, quando entrou em vigor a presente lei. Somente mantendo residência permanente em Israel de 1948 até 1952 foram palestinos que viviam dentro de Israel, considerados elegíveis para adquirir a cidadania israelense e, assim, permanecer no país.<sup>157</sup>

Além disso, a grande maioria dos palestinos que fugiram de suas casas em 1967 foram impedidos por Israel de retornar ao OPT, em contravenção da Resolução 237.<sup>158</sup> As autoridades israelenses se recusaram a considerar os palestinos não registrados no censo como residentes legais da OPT e medidas administrativas são tomadas de modo a impedir o seu regresso. Diversos órgãos internacionais expressaram repetidamente sua preocupação diante desta matéria e apelaram a Israel para garantir a igualdade no direito de regressar ao seu país.

Por outro lado, o Estado de Israel incentiva a imigração judaica e, desde 1967, há residência judaica em assentamentos israelenses na OPT. O artigo

<sup>156</sup> UNITED NATIONS. General Assembly. *Palestine-progress report of the united nations mediator*. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/043/65/IMG/NR004365.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 08 abr. 2012.

<sup>157</sup> ISRAEL. *Nationality Law, 5712-1952*. 14 jul. 1953. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/3ae6b4ec20.html>>. Acesso em: 9 abr. 2012.

<sup>158</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. *Resolução 237 de 14 de junho de 1967*. Disponível em: <<http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/A229BE99D7F567928025646C005B5FB9>>. Acesso em: 08 abr. 2012.



1º da Lei 1950 de retorno afirma que "todo judeu tem o direito de vir a este país como um *oleh*".<sup>159</sup> Esta previsão foi complementada pelo artigo 2º da Lei de Cidadania 1952, que concede a cidadania israelense automaticamente a qualquer judeu que entrar no país sob a Lei do Retorno.<sup>160</sup> Essas leis garantiram que os judeus não precisassem cumprir os critérios proibitivos; restritivos, ou seja, comprovante de residência contínua 1948-1952, impostos a qualquer palestino que desejasse regressar ao seu país ou ao OPT.

Com isso, podemos observar que este tratamento diferenciado aplicado pela política de estado de Israel, transmite diferentes direitos e privilégios aos judeus e palestinos que voltam ao país, sendo a lei do Retorno de 1950 e a lei de Cidadania de 1952, explicitamente discriminatórias, por conferirem vantagens aos judeus em matéria de imigração e cidadania. Porém, tal favorecimento não se manteve restrito as leis editadas em Israel, passando a figurar em acordos internacionais teoricamente voltados a garantia da paz e imparcialidade.

---

<sup>159</sup> O termo *oleh* significa imigração judaica a Israel. ISRAEL. *Law of Return 5710-1950*. Israel, 5 jul. 1950. Disponível em: <[http://www.mfa.gov.il/MFA/MFAArchive/1950\\_1959/Law+of+Return+5710-1950.htm](http://www.mfa.gov.il/MFA/MFAArchive/1950_1959/Law+of+Return+5710-1950.htm)>. Acesso em: 08 abr. 2012.

<sup>160</sup> Idem. *Nationality Law, 5712-1952*. 14 jul. 1953. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/3ae6b4ec20.html>>. Acesso em: 9 abr. 2012.

## 4 OSLO

### 4.1 Acordos de Oslo

Diante de todos os acontecimentos que surgiram com a criação do Estado de Israel, e se perduraram, verificou-se a importância em se buscar um “processo de paz” entre palestinos e Israel. O consenso internacional se mostrava no sentido de uma total retirada israelense da Cisjordânia e de Gaza, e do direito dos palestinos de construir um Estado independente nas regiões evacuadas. Tais termos foram aceitos pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP), no entanto, Israel e Estados Unidos rejeitaram.<sup>161</sup>

Assim, em 1993 é assinado o acordo de Oslo, o qual tinha como, verdadeira premissa a tentativa de encontrar uma liderança palestina confiável de modo a encobrir o *apartheid* israelense. Porém, a demasiada amplitude e ambiguidade dos termos e princípios do acordo, levaram a violação de muitos de seus artigos, por ambas as partes. Deste modo, em 1995, firma-se o acordo de Oslo II, a qual será nosso objeto de análise, por ser um documento definitivo para a situação Israel-Palestina, até que seja alcançado um acordo final, mas que veio apenas para reforçar as avaliações de Oslo I.

#### 4.1.1 Oslo II

No artigo XXXI, 6 do acordo, destaca-se a seguinte afirmação, “não se haverá de presumir que qualquer das partes, pelo fato de ter entrado neste Acordo, terá renunciado ou adiado qualquer de seus atuais direitos, reivindicações ou posições.”<sup>162</sup> Por meio desse dispositivo podemos perceber que a OLP deu legitimidade aos israelenses de deterem seus atuais direitos, inclusive de reivindicar o direito de soberania na Cisjordânia e Gaza. Assim, o direito reconhecido dos

<sup>161</sup> FINKELSTEIN, Norman. *Imagem e Realidade no Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro : Record, 2005.

<sup>162</sup> ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *Israeli-Palestinian Interim Agreement on the West Bank and the Gaza Strip*. Washington, 28 set. 1995. Disponível em: <<http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace+Process/Guide+to+the+Peace+Process/THE+ISRAELI-PALESTINIAN+INTERIM+AGREEMENT.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2012. . art. XXXI, 6.

palestinos aos territórios ocupados passou a ser equiparado ao direito de Israel de reivindicá-los.<sup>163</sup>

Outra questão crucial tratada foi em relação à segurança. Tanto no artigo X, 4, quanto no artigo XII, 1, foi garantido a Israel a manutenção de sua “responsabilidade pela segurança externa, assim como a responsabilidade pela segurança global dos israelenses”.<sup>164</sup> Em razão da “segurança”, Israel foi autorizada a dar continuidade à perseguição de qualquer palestino em qualquer lugar.<sup>165</sup> Embora tenha a obrigação de proteger colônia e colonos israelenses,<sup>166</sup> a polícia palestina não pode, sob nenhuma hipótese, deter ou manter sob sua custódia ou prisão, qualquer israelense.<sup>167</sup>

Coube a Israel também, o direito de preservar o controle dos pontos de entrada ao seu Estado, o que deixou os palestinos que precisam trabalhar em Israel, a mercê da discricionariedade deste.<sup>168</sup> Israel ficou ainda com a responsabilidade pela segurança dos pontos de passagem para a Cisjordânia e Gaza. Podendo assim, negar ou deter o prosseguimento de qualquer pessoa que venha a entrar tanto pela ala palestina, quanto pela ala israelense.

Diante disso, pode-se afirmar que Oslo II, mais do que nunca, representou o absoluto triunfo da força americano-israelense em relação à incompetência da OLP. Como disse Abba Eban, “os palestinos nunca perderam uma oportunidade de perder uma oportunidade pela paz”.<sup>169</sup>

Trançando um paralelo com a África do Sul, é importante ressaltar que a vitória do Congresso Nacional Africano se deu em razão de sua campanha internacional contra o *apartheid*, o que além de contribuir para o isolamento do país sul africano, tornou inútil todas as tentativas de regularizar sua situação internacional por meio de concessões de “autodeterminação” e independência dos bantustões ou *homelands*. Oslo, entretanto, possibilitou a completa reabilitação de Israel, o qual

<sup>163</sup> FINKELSTEIN, Norman. Op. cit.

<sup>164</sup> ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *Israeli-Palestinian Interim Agreement on the West Bank and the Gaza Strip*. Washington, 28 set. 1995. Disponível em: <<http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace+Process/Guide+to+the+Peace+Process/THE+ISRAELI-PALESTINIAN+INTERIM+AGREEMENT.htm>>. Acesso em: 14 abr. 12. art. X, 4; XII 1.

<sup>165</sup> Ibidem. Anexo I, artigo V; combinado com Anexo I, artigo XI, parágrafo 3b, o qual confere a aplicação desse dispositivo até mesmo nos territórios sob a responsabilidade de segurança do Conselho palestino.

<sup>166</sup> Ibidem. Artigo XV, Anexo I, Artigo II.

<sup>167</sup> Ibidem. Anexo I, Artigo XI, parágrafo 4d; e Anexo I, Artigo V, parágrafo 3b2.

<sup>168</sup> Ibidem. Anexo I, Artigo IX; Anexo V, Artigo VII.

<sup>169</sup> FINKELSTEIN, Norman. *Imagem e Realidade no Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro : Record, 2005. p. 288.

deixou de figurar como “potência ocupante”, aparecendo “como um país plenamente empenhado na paz”.<sup>170</sup>

#### 4.1.2 Consequências de Oslo II

Sob uma visão utópica seria possível afirmar que a aplicação das decisões do acordo que criou um conselho palestino e uma polícia palestina, tornaria possível a esse povo alcançar uma autodeterminação autêntica. Mas para pensarmos desse modo seria necessário ignorar o fato de que, a nova realidade que surgia com o acordo, propiciava o aumento do controle israelense sobre os palestinos, e assim, conforme escreveu Benvenisti, as cooperações baseadas nas atuais relações de poder não passam de uma permanente e disfarçada dominação israelense, e que a autodeterminação palestina é um mero eufemismo da bantustanização.<sup>171</sup>

### 4.2 Bantustões e Oslo II

Como foi exposto no primeiro capítulo, logo após a Segunda Guerra Mundial, a África do Sul resolveu oficializar o *apartheid* como seu regime político, a fim de atenuar o conflito entre um Estado exclusivista, etnicamente, e uma população heterogênea. Assim, o governo sul africano mascarou uma separação política, que na prática garantia privilégios os brancos, sendo os negros condicionados a uma situação de completa servidão, gozando, teoricamente, de liberdade para a criação dos *homelands*.<sup>172</sup>

Os bantustões eram formados por vários fragmentos de terras estéreis cercadas por assentamentos brancos, sendo criados inicialmente não como Estados independentes, mas como pequenas áreas destinadas a “autodeterminação” étnica. Em 1963, Transkei, passou a ser o primeiro *homeland*

---

<sup>170</sup> FINKELSTEIN, Norman. *Imagem e Realidade no Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro : Record, 2005. p. 290.

<sup>171</sup> Ibidem.

<sup>172</sup> Ibidem.

dotado de “autodeterminação”, por meio do apoio de seu líder, o Chefe Matanzima, sobrinho de Mandela, ao desenvolvimento separado ao invés de lutar contra ele.<sup>173</sup>

Porém o governo exercido por Transkei encontrava-se limitado aos termos da constituição imposta pela África do Sul, sendo assim, estava encarregado da coleta de impostos, educação, assistência social,... Cabendo a África do Sul a jurisdição sobre segurança externa e interna, movimentos populares, comunicação, bem como direito a veto sobre as legislações adotadas em Transkei. Sendo possível, assim, perceber a semelhança de Oslo II com o regime constituído nessa *homeland*.<sup>174</sup>

A permanência de Matanzima no poder, se dava apenas em razão do consentimento da África do Sul, que apesar de controlar de perto o poder de Transkei, buscava camuflar o fato de a autodeterminação ser na verdade um “espetáculo de marionetes”. Um exemplo dessa estratégia, usada pelo governo sul africano, foi atrair investimentos estrangeiros para a periferia de Transkei e para seu interior, de modo a aproveitar-se da mão de obra barata oferecida, e tornar a economia desse bantustão estritamente ligada e subordinada a África do Sul. Semelhante tática tem sido aplicada na Cisjordânia e Gaza, conforme alerta Edward Said, por meio dos “parques industriais”.<sup>175</sup>

Podemos perceber que o uso dessa estratégia alcança dois principais objetivos; viabilizar o uso de mão de obra barata, oferecida por essas regiões; e garantir o controle do Estado etnicamente exclusivista, sem tecnicamente alterar a autodeterminação dos bantustões, tornando-os, porém, financeiramente dependentes.

#### 4.2.1 Soberania vigiada

Diante desse quadro, a comunidade internacional começou a fazer pressão na África do Sul, a qual decidiu, por fim, conferir independência ao Transkei em 1976. No entanto, alguns opositores do regime, argumentaram que tal concessão representaria uma repartição da riqueza em desfavor dos negros. Porém,

<sup>173</sup> FARSAKH, Leila. *Da África do Sul à Palestina*. Le Monde Diplomatique, p. 22 e 23, 11 nov. 2003. Disponível em : <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=632>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

<sup>174</sup> FINKELSTEIN, Norman. *Imagem e Realidade no Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro : Record, 2005.

<sup>175</sup> Ibidem.

as manipulações políticas de Matanzima levaram-no a conseguir um mandato eletivo apesar de contar com o apoio de uma minoria para isso.<sup>176</sup>

Após a sua independência, o governo de Transkei, aboliu as determinações do regime do *apartheid*, sustentando ter se livrado da dominação colonial, entretanto ele tratou de silenciar todo o tipo de oposição. Semelhante política foi implantada na Cisjordânia e Gaza, antes mesmo da eleição que garantiu a vitória de Yasser Arafat. Palestinos que se recusavam a votar tinham seus documentos de viagem apreendidos, professores foram intimados a assinar um juramento de apoio a Arafat, etc.<sup>177</sup> Nas palavras de Said, Arafat estabeleceu um “sistema de governo ditatorial (...) no qual os direitos dos cidadãos, especialmente no terreno das liberdades civis, estavam ausentes”.<sup>178</sup>

Norman G. Finkelstein alega que as eleições no Transkei anteciparam as eleições palestinas de 1996 na Cisjordânia e Gaza, pois tanto em Transkei quanto nas regiões palestinas, o verdadeiro objetivo da eleição era fazer com que a população sancionasse “democraticamente”, a perda de seus direitos fundamentais, não ocorrendo nenhum dos casos, a submissão da população a um referendo, além de em ambos os contextos históricos, o novo governo ter se mostrado excessivamente opressor.<sup>179</sup>

O fato é que, como Transkei não teve sua independência reconhecida internacionalmente, o regime manteve sua condição de total subordinação à economia branca, continuando a ser controlado pelo poder sul-africano. Assim como os palestinos acreditavam na ideia que a eleição traria sua autodeterminação, tendo entre tanto, instituído um regime autoritário, ainda sob o domínio de Israel.<sup>180</sup>

A história de domínio repressor da África do Sul, mostrou que a medida que se aumentava a resistência contra o regime segregacionista, os líderes

<sup>176</sup> FINKELSTEIN, Norman. *Imagem e Realidade no Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro : Record, 2005.

<sup>177</sup> Idem. *Arafat Victory Doesn't Equal Real Reconciliation*. The Christian Science Monitor, 31 jan. 1996. Disponível em: <<http://www.csmonitor.com/1996/0131/31191.html>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

<sup>178</sup> FINKELSTEIN, Norman. Op. cit. p. 293.

<sup>179</sup> Ibidem.

<sup>180</sup> Ibidem.

dos bantustões se uniam ao governo sul africano. O que nos leva a perceber que essa dependência econômica criada nos *homelands* tornou-se um obstáculo a sua efetiva emancipação.

### 4.3 Independência

A questão crucial aqui é a criação de um Estado Palestino independente. Os acordos de Oslo, em nenhuma parte fazem referência a um possível direito de autodeterminação dos palestinos. Mas se formos tomar por parâmetro o precedente sul africano, Israel poderá acabar concedendo a “autodeterminação” aos povos palestinos, dentro das áreas delimitadas por Oslo II. Assim, a criação de um Estado independente seria a solução para a questão palestina, não havendo mais motivos para queixas.<sup>181</sup>

Entretanto, como no *apartheid*, deve-se buscar um princípio substantivo mais abstrato; a equidade. Para o Transkei, adquirir a qualidade de um Estado independente não era a questão principal, e mesmo que fosse, posteriormente, tornou-se irrelevante, pois como seus vizinhos, ainda era dependente econômica e materialmente do governo dos brancos. Após conseguirem sua independência, os negros de Transkei perceberam que havia ganhado o direito de policiarem a si mesmos e gerirem sua própria pobreza, tendo o Estado sul africano se reservado o direito de controlar o que realmente importava.<sup>182</sup>

Pode-se comparar essa situação com a avaliação de Oslo realizada por Meron Benvenisti:

Embora tenha toda liberdade para agir independentemente em sua própria área de soberania, Israel insiste em “coordenar” a utilização dos recursos naturais pelos palestinos, para que os interesses israelenses não sejam prejudicados. Esta assimetria perpetua a atual desigualdade na distribuição dos recursos naturais comuns, reforçando a impressão de uma paz dos vitoriosos. Para os israelenses, é uma paz sem dor nem sacrifícios, uma proposta muito conveniente [...].<sup>183</sup>

No *apartheid*, a comunidade internacional percebeu, por meio do que ocorrera em Transkei, que a questão fundamental não era a garantia de criação de um Estado independente, mas a equidade, assim, a pressão internacional

<sup>181</sup> FINKELSTEIN, Norman. *Imagem e Realidade no Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro : Record, 2005.

<sup>182</sup> Ibidem.

<sup>183</sup> Ibidem. p. 296.

continuou contra o regime sul africano de segregação. Porém, curiosamente, tal preocupação internacional com a equidade não se mostrou presente no acordo de Oslo.

Ainda em relação à equidade, deve-se ressaltar, que não se trata de algo estático, podendo ser plenamente adaptável a mudanças de cenário. Tal fato pode ser observado em relação à divisão territorial de Israel. Anteriormente, a existência de dois Estados, na concepção internacional, estava condicionada a retirada completa de israelenses dos territórios palestinos. Atualmente, falar numa retirada total dos colonos israelenses, os quais representam boa parte da população do território palestino, não seria uma solução equânime.<sup>184</sup>

Assim, se Israel conceder, atualmente, a independência as áreas que exercem autodeterminação, a questão palestina seria esquecida internacionalmente. Não sendo mais possível, para o povo palestino contar com a solidariedade internacional que auxiliou no desmantelar do regime do *apartheid*.

#### 4.3.1 Separação

Uma das maiores críticas dedicada ao regime do *apartheid* não se dava em relação a sua base moral ou política, mas quanto a ilusão de ser possível construir uma separação total entre brancos e negros.

E como ficou historicamente comprovado, a África do Sul não pode se livrar da sua dependência pela mão de obra negra, e os bantustões não conseguiram se livrar de sua dependência do emprego e subsídios sul africanos. Todos os empreendimentos continuavam a fazer uso da mão de obra negra, tendo os bantustões como “reservatórios”. Os trabalhadores negros na África do Sul eram responsáveis por mais de 60 por cento do produto nacional bruto dos bantustões. Em Transkei, mais da metade da mão de obra masculina era recrutada para trabalhar na África do Sul. Sem essa remessa de mão de obra, a economia das *homelands* entraria em colapso. Mesmo depois de concedida sua independência os bantustões dependiam das subvenções sul africanas.<sup>185</sup>

Israel não depende tanto quanto a África do Sul da mão de obra palestina, no entanto, a população da Cisjordânia e Gaza, em virtude da sua

<sup>184</sup> FINKELSTEIN, Norman. *Imagem e Realidade no Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro : Record, 2005.

<sup>185</sup> Ibidem.



devastação econômica provocada por Israel, dependem do trabalho nesse Estado, o que resulta em episódios de fechamento das fronteiras.

Para Benvenisti, assim como no *apartheid*, a separação proposta por Oslo, entre Israel e Palestina seria ilusória, pois o acordo previa,

o estabelecimento de uma comissão permanente para supervisionar a cooperação numa longa série de áreas, tais como água, eletricidade e energia, [...]. A longa relação de áreas na qual a cooperação e coordenação são essenciais aponta um fato fundamental que os defensores da “separação” ainda não entenderam: o país, do Jordão ao mar, talvez possa ser dividido politicamente, mas não fisicamente.<sup>186</sup>

Said, de certa forma completa o argumento de Benvenisti, ao afirmar que Palestina/Israel “é o lugar onde dois povos, queiram ou não, levam vidas inextricavelmente ligadas, unidas pela história, a guerra, os contatos diários e o sofrimento”. Desse modo, falar em separá-los, em termos geopolíticos, forneceria elementos para mais degradação e violência. Não existiriam, assim, alternativas que encarasse essas duas comunidades de modo igual em expectativas e direitos. Sendo a realidade atual o mais próximo da justiça que lhes cabe.<sup>187</sup>

Talvez o futuro de árabes e israelenses, seja como indica Said, a coexistência em uma comunidade unitária, desfrutando de direitos individuais e comunitários recíprocos. Mas quem sabe, enquanto isso não acontece, a existência de dois Estados poderia diminuir o sofrimento palestino e viabilizar uma melhor solução para o conflito. O fato é que Oslo, ainda será conhecido como tendo sido um obstáculo para a paz entre esses dois povos.

---

<sup>186</sup> FINKELSTEIN, Norman. *Imagem e Realidade no Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro : Record, 2005. p. 298.

<sup>187</sup> Ibidem.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho pretendeu discutir a situação do Estado de Israel, no que diz respeito às políticas de controle impostas contra os palestinos, sob a ótica do *apartheid* sul africano. Para isso foi realizando em primeiro momento um estudo, individualizado do processo de formação de cada um desses Estados, suas ideologias, fundamentos, para por fim poder chegar às origens dos conflitos. Posteriormente foram apontadas as semelhanças nas medidas político-administrativo adotadas por esses Estados, de modo a exercerem um maior controle sob os grupos sociais excluídos. Tendo por último apontado o Acordo de Oslo como um desvio a paz entre palestinos e israelenses.

Ao longo do estudo acerca da temática do Estado sionista e seu total desrespeito aos direitos fundamentais do povo palestino, chegamos às conclusões expostas a seguir.

O Acordo de Oslo fracassou por repetir os erros do passado, ao continuar tentando estabelecer formas de equilibrar o poder entre palestinos e israelenses, ao invés lhes garantir equidade. O fato é que em Israel/Palestina, não se cabe falar ainda em independência, principalmente em razão da vinculação econômica do povo palestino em relação a Israel. Sendo necessário, primeiramente, o estabelecimento de um comprometimento político entre israelenses e palestinos, de modo a garantir uma coexistência pacífica, uma vez que as normas internacionais carecem de coercitividade.

Talvez o único caminho para paz ocorra após a submissão de Israel ao direito internacional e a seus próprios acordos assinados, mas para isso faz-se necessário o exercício de uma força interna nacional palestina que pressionasse os mecanismos internacionais a agirem em seu favor, como por exemplo, suspendendo a imunidade de Israel concedida pelos norte-americanos no Conselho de Segurança da ONU ou cassando sua liberdade de agir impunemente<sup>188</sup>, como foi feito na África do Sul.

---

<sup>188</sup> BISHARA, Marwan. *Palestina/ Israel: a paz ou o apartheid*. São Paulo : Paz e Guerra, 2003.

Porém, enquanto Israel permanecer como “uma teocracia engajada em um conflito permanente”<sup>189</sup>, apoiado pelo governo norte americano e pela condescendência das normas internacionais; e os palestinos não forem capazes de se autodeterminarem, traduzindo-se assim, como uma soberania e cidadania; o processo de paz continuará sendo o resultado de uma busca desenfreada por uma utopia.

---

<sup>189</sup> BISHARA, Marwan. *Palestina/ Israel: a paz ou o apartheid*. São Paulo : Paz e Guerra, 2003. p. 183.

## REFERÊNCIAS

- AL-HAQ, Ramallah. The Right to Unite. *Occasional Paper*, n. 8, p. 3. 1990 In: República Da África Do Sul. Human Sciences Research Council of South Africa. Project, Middle East: *occupation, colonialism, apartheid?: a re-assessment of israel's practices in the occupied palestinian territories under international law*. Cape Town, 2009.
- ARAGÃO, Maria José. *Israel x Palestina: origens, história e atualidades do conflito*. Rio de Janeiro : Revan, 2006.
- BARON, Salo W. *História e Historiografia do povo judeu*. São Paulo : Perspectiva, 1974.
- BISHARA, Marwan. *Palestina/ Israel: a paz ou o apartheid*. São Paulo : Paz e Guerra, 2003.
- BISHARAT, George E. *Land, Law, and Legitimacy in Israel*. American University Law Review, p. 512 – 524, 1994. Disponível em: <<http://digitalcommons.wcl.american.edu/aulr/vol43/iss2/3/>>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- BODDY-EVANS, Alistair. *16 June 1976 Student Uprising in Soweto Part 1: Background to the uprising*. Disponível em: <<http://africanhistory.about.com/od/apartheid/a/Soweto-Uprising-Pt1.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2011.
- B'TSELEM. *Checkpoints, Physical Obstructions, and Forbidden Roads*. Disponível em: <[http://www.btselem.org/freedom\\_of\\_movement/checkpoints\\_and\\_forbidden\\_roads](http://www.btselem.org/freedom_of_movement/checkpoints_and_forbidden_roads)>. Acesso em: 07 abr. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Ground to a Halt: Denial of Palestinians' Freedom of Movement in the West Bank*. Disponível em: <[http://www.btselem.org/download/200708\\_ground\\_to\\_a\\_halt\\_eng.pdf](http://www.btselem.org/download/200708_ground_to_a_halt_eng.pdf)> Acesso em: 07 abr. 2012.
- CAMPOS JR., Celso de. *Massacre na África do Sul: Apartheid*. 1960. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/historia/apartheid-africa-sul/indice.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2011.
- CAZOTTO, Gabriel Nickolas. *Desenvolvimento da África Subsaariana Ajuda da ONU aos países africanos: Análise da África e Libéria*. Disponível em: <[http://mpr.ub.uni-muenchen.de/6802/1/DESENVOLVIMENTO\\_NA\\_ueFRICA\\_SUBSAARIANA.pdf](http://mpr.ub.uni-muenchen.de/6802/1/DESENVOLVIMENTO_NA_ueFRICA_SUBSAARIANA.pdf)>. Acesso em: 12 mar 2011.
- COHN-SHERBOK, Dan; EL-ALAMI, Dawoud. *O Conflito Israel-Palestina: para começar a entender*. São Paulo : Palíndromo, 2005.
- CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. *Resolução 237 de 14 de junho de 1967*. Disponível em:

<<http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/A229BE99D7F567928025646C005B5FB9>>. Acesso em: 08 abr. 2012.

CORDEIRO, Hélio Daniel. Sionismo: o judaísmo com práxis política. Disponível em: <[http://www.judaica.com.br/materias/002\\_09e10.htm](http://www.judaica.com.br/materias/002_09e10.htm)>. Acesso em: 14 out. 2011.

CORNEVIN, Marianne. *Apartheid: Poder e Falsificação Histórica*. Lisboa : Edições 70, 1979.

DE KLERK, Frederick W. *Mr. De Klerk: Opening of Parliament 1990*. Disponível em: <<http://archive.niza.nl/docs/200404201354203185.pdf?&username=guest@niza.nl&password=9999&groups=NIZA&workgroup>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

EBAN, Abba. *Assimilação, Nacionalismo, Sionismo*. Disponível em: <<http://www.chazit.com/cybersio/artigos/abba.html>>. Acesso em: 13 set. 2011.

FARSAKH, Leila. *Da África do Sul à Palestina*. Le Monde Diplomatique, p. 22 e 23, 11 nov. 2003. Disponível em : <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=632>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

FINKELSTEIN, Norman. *Arafat Victory Doesn't Equal Real Reconciliation*. The Christian Science Monitor, 31 jan. 1996. Disponível em: <<http://www.csmonitor.com/1996/0131/31191.html>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. *Imagem e Realidade no Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro : Record, 2005.

FOLHA DA MANHÃ. *A assembleia geral da ONU aprovou o plano de divisão da palestina em estados árabe e judeu*. Disponível em: <[http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo\\_30nov1947.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo_30nov1947.htm)>. Acesso em: 27 nov. 2011.

GUERRA, Sidney César Silva; OLIVEIRA, Camila Lourenço de. Da Comissão ao Conselho de Direitos Humanos: Uma Mudança mais que Institucional? *Revista de Direito da UNIGRANRIO*. 2009.

GRESH, Alain. *Israel, Palestina verdades sobre um conflito*. Porto : Campo das Letras, 2002.

HERZL, Theodor. *A Jewish State: An Attempt at a Modern Solution of the Jewish Question*. Nova York : Federation of American Zionists, 1917.

HESS, Moses; WAXMAN, Meyer. *Rome and Jerusalem: a study in Jewish nationalism*. Nova York : Bloch Publishing Company, 1918.

ISRAEL. *Declaração de independência*. Disponível em: <<http://eitan.com.br/Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Independ%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

\_\_\_\_\_. *Law of Return 5710-1950*. Israel, 5 jul. 1950. Disponível em: <[http://www.mfa.gov.il/MFA/MFAArchive/1950\\_1959/Law+of+Return+5710-1950.htm](http://www.mfa.gov.il/MFA/MFAArchive/1950_1959/Law+of+Return+5710-1950.htm)>. Acesso em: 08 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. *Nationality Law, 5712-1952*. 14 jul. 1953. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/3ae6b4ec20.html>>. Acesso em: 9 abr. 2012.

ISRAEL MINISTRY OF FOREIGNS AFFAIRS. *Israeli-Palestinian Interim Agreement on the West Bank and the Gaza Strip*. Washington, 28 set. 1995. Disponível em: <<http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace+Process/Guide+to+the+Peace+Process/THE+ISRAELI-PALESTINIAN+INTERIM+AGREEMENT.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

JORGE, Helena de Araújo. *Efetividade dos Direitos Humanos Perante Interesses Estatais*. Disponível em: <<http://www.cedin.com.br/revistaeletronica/artigos/EFETIVIDADE%20DOS%20DIREITOS%20HUMANOS%20PERANTE%20INTERESSES%20ESTATAIS%20Helena%20Araujo.pdf>>. Acesso em 1 maio 2011.

LAPOUGE, Gilles. *O anti-semitismo e a má consciência europeia*. Visão Judaica, nº 16. Disponível em: <<http://www.visaojudaica.com.br/Agosto2003/Links/Artigos%20e%20reportagens/oa%20antisemitismo%20e%20a%20ma%20consciencia%20europeia.htm>>. Acesso em: 18 out. 2011.

MAGNOLI, Demétrio. *África do sul: capitalismo e apartheid*. São Paulo : Repensando a Geografia, 1998.

\_\_\_\_\_. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo : Contexto, 2009.

MANDELA, Nelson. *I am prepared to die*. Disponível em: <<http://www.historyplace.com/speeches/mandela.htm>> Acesso: 08 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. *Longo caminho para a liberdade: uma autobiografia*. São Paulo: Siciliano, 1995. p. 106.

PRETORIA: SOUTH AFRICAN STATE DEPARTMENT OF INFORMATION. *Official Yearbook of the Republic of South Africa*. 1977. Apud CORNEVIN, Marianne. *Apartheid: Poder e Falsificação Histórica*. Lisboa : Edições 70, 1979. p. 31

REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL. *Constituição (1996)*. Disponível em: <<http://www.info.gov.za/documents/constitution/93cons.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Human Sciences Research Council of South Africa. Project, Middle East: *occupation, colonialism, apartheid?: a re-assessment of israel's practices in the occupied palestinian territories under international law*. Cape Town, 2009.

REDDY, Enuga S. *The United Nations and the struggle*. Disponível em: <<http://www.anc.org.za/docs/misc/1992/roadtodemocracyl.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2011.

SMITH, Dr. Craig. *How the west gains from Apartheid: The case of the United Kingdom*. Disponível em:  
<<https://dspace.lib.cranfield.ac.uk/bitstream/1826/475/2/SWP4587.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2011.

SMUTS, Jan Christiaan. *The White man's task*. Disponível em:  
<<http://www.sahistory.org.za/article/white-man039s-task>>. Acessado em: 10 de mar. 2011.

SOUSA, Rainer. *A guerra dos seis dias*. Disponível em:  
<<http://www.mundoeducacao.com.br/historiageral/guerra-dos-seis-dias.htm>>. Acesso em: 23 dez. 2011.

SOUTH AFRICA HISTORY ONLINE. *The Bulhoek massacre takes place in the Eastern Cape*. Disponível em: <<http://www.sahistory.org.za/dated-event/bulhoek-massacre-takes-place-eastern-cape>>. Acesso em: 1 maio 2011.

TERRA, João Evangelista Martins. *A questão da Palestina*. São Paulo : Loyola, 2003.

THOMASHAUSEN, André E. A. M. *O Desmantelar do Apartheid: Balanço das reformas*. Lisboa : Lisboa Codex, 1989.

TRAGTENBERG, Maruício. *Dialética do Sionismo*. Disponível em:  
<<http://israelzionism.wordpress.com/sobre/a-palestina-ja-era-um-territorio-habitado/>>. Acesso em: 23 dez. 2011.

TUTU, Desmond. *Apartheid in the Holy Land*. Disponível em:  
<<http://www.guardian.co.uk/world/2002/apr/29/comment>>. Acesso em: 29 set. 2012.

TUTU, Desmond; URBINA, Ian. *Against Israeli Apartheid*. Disponível em:  
<<http://www.thenation.com/article/against-israeli-apartheid>>. Acesso em: 12 set. 2011.

UNITED NATIONS. General Assembly. *International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination*, 1, 1965. Disponível em:  
<<http://www2.ohchr.org/english/law/cerd.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. *International Convention on the suppression and punishment of the crime of apartheid*. Disponível em:  
<<http://www.un.org/documents/ga/res/28/ares28.htm>>. Acesso em: 08 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. *Palestine-progress raport of the united nations mediator*. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/043/65/IMG/NR004365.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 08 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. General Assembly. *Situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967*. Disponível em:  
<<http://www.unhcr.org/refworld/docid/48e5e2be2.html>>. Acesso em: 8 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. International Court Of Justice. *Legal Consequences of the Construction of a Wall in the Occupied Palestinian Territory*. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/131/1677.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2011. p. 11.

\_\_\_\_\_. *Nationality of Natural Persons in relation to the Succession of States*. Disponível em: <[http://untreaty.un.org/ilc/texts/instruments/english/draft%20articles/3\\_4\\_1999.pdf](http://untreaty.un.org/ilc/texts/instruments/english/draft%20articles/3_4_1999.pdf)>. - Acesso em: 08 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. *United nations relief and works agency for palestine refugees in the near east*. Disponível em: <<http://www.unrwa.org/userfiles/20120317152850.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2012.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *Enciclopédia do holocaust: pogrom*. Disponível em: <<http://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10005183>>. Acesso em 14 out. 2011.

VEJA. *Massacre na África do Sul: Apartheid*. 1960. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/historia/apartheid-africa-sul/indice.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2011.

VISÃO JUDAÍCA. *Sionismo*. Disponível em: <<http://www.visaojudaica.com.br/Principal/Religiao/datas/sionismo.htm>>. Acesso em: 12 set. 2011.

WOODS, Donald. *Biko: A história do líder negro sul-africano Steve Biko*. São Paulo : Best Seller, 1987.